



03 DE NOVEMBRO DE 2016

Quinta-feira

- SEFAZ/PR – BOLETIM INFORMATIVO Nº 029/2016 - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NA IMPORTAÇÃO PARA PESSOAS JURÍDICAS INSCRITAS NO CADIN
- NOVOS PROJETOS DE LEI- DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVO Nº 38 Nº XII . 3 DE NOVEMBRO DE 2016
- APESAR DO DESEMPREGO, EMPRESAS SOFREM PARA CONTRATAR FUNCIONÁRIOS
- DADOS DA PRODUÇÃO REFORÇAM CENÁRIO DESAFIADOR NO CURTO PRAZO, DIZEM ANALISTAS
- HORAS TRABALHADAS NA INDÚSTRIA SOBEM 1% EM SETEMBRO, DIZ CNI
- PMI INDUSTRIAL DO BRASIL SOBE EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, DIZ MARKIT
- INDÚSTRIA OPERA EM PATAMAR SEMELHANTE À DE CRISE DE DEZEMBRO DE 2008, DIZ IBGE
- MÉDIA DIÁRIA EXPORTADA EM OUTUBRO É 10,2% MENOR QUE A DE OUTUBRO DE 2015
- CAMEX REDUZ PARA 2% IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE BENS DE INFORMÁTICA E DE CAPITAL
- NOVA POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL VAI A CONSULTA PÚBLICA NESTE MÊS, DIZ MINISTÉRIO
- VENDA DE VEÍCULOS CAI 0,57% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, DIZ FENABRAVE
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA TEM DE ATACAR PRIVILÉGIOS, DIZ ECONOMISTA DO ITAÚ
- REFORMAS DE TEMER NÃO MEXEM COM “BOLSA EMPRESÁRIO”
- HÁ CONDIÇÕES PARA QUEDA MAIOR
- FED MANTÉM JURO, MAS SINALIZA QUE TAXA SOBE EM DEZEMBRO
- IPC-S SOBE EM TODAS AS CAPITAIS PESQUISADAS NA 4ª QUADRISSEMANA DE OUTUBRO
- CAIXA RECEBE RECURSOS ANTECIPADOS DO FGTS
- CELULARES DO PARANÁ TERÃO MAIS UM DÍGITO. VEJA COMO ATUALIZAR AGENDA

- US\$ 10 BI ENTRARAM NO BRASIL COM REPATRIAÇÃO DE RECURSOS ILEGAIS, DIZ BC
- EMPRESÁRIOS DA ECONOMIA CRIATIVA GERAM EMPREGOS COM APOIO DO GOVERNO DO ESTADO
- CONCORRÊNCIA VAI DEFINIR SE VAI HAVER AUMENTO DE PREÇO DO GLP, DIZ SINDIGÁS
- DECRETO LISTA PROJETOS PRIORITÁRIOS DO PPI NOS SETORES DE ENERGIA E DE MINERAÇÃO
- MEIRELLES DIZ QUE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SERÁ ENVIADA AO CONGRESSO ESTE ANO
- MEIRELLES: REFORMA DA PREVIDÊNCIA PREVÊ IDADE MÍNIMA E REDUÇÃO DE DISPARIDADES
- BC: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO OBJETIVA AUMENTAR ENTENDIMENTO SOBRE FUTURAS AÇÕES
- BRASIL PRECISA 'ARRUMAR CASA' PARA REENCONTRAR CAMINHO DO CRESCIMENTO, DIZ FRAGA
- VOLVO LANÇA SEXTA GERAÇÃO DE CÂMBIO AUTOMATIZADO I-SHIFT NO BRASIL
- VOLVO ESTÁ CAUTELOSAMENTE OTIMISTA PARA 2017
- VENDA DE MOTOS RECUA MAIS DE 12 ANOS
- SCHAEFFLER E BOSCH APOSTAM NA EMBREAGEM ELETRÔNICA
- CPQD INAUGURA LABORATÓRIO COM O FOCO EM INOVAÇÃO EM IOT E CIDADES INTELIGENTES
- EMBRAER TEM PREJUÍZO NO 3º TRI AFETADA POR CUSTO COM DEMISSÕES E ACORDO COM AUTORIDADES
- FORD PROPÕE META DE USAR SOMENTE ÁGUA REICLADA NA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS
- LINHA DE GARRAS COLABORATIVAS DA SCHUNK É FINALMENTE LANÇADA NO BRASIL
- AL DEVE COMPLETAR TRÊS ANOS DE RETRAÇÃO NA INDÚSTRIA
- EM PLENA CRISE, PAÍS VIVE EXPLOÇÃO EM LANÇAMENTO DE CARRO
- SIMPLES: VEJA O QUE MUDA NAS REGRAS PARA EMPRESA TENTAR PAGAR MENOS IMPOSTO
- NA CONTRAMÃO DAS GRANDES, PEQUENAS EMPRESAS VOLTAM A ABRIR VAGAS
- CRÉDITO CARO E SINAIS DE RETOMADA FAZEM EMPRESAS BUSCAREM A BOLSA
- ONDA DE FUSÕES AQUECE MERCADO DE DÍVIDA EMPRESARIAL
- RENAN CALHEIROS DIZ QUE VAI APRESENTAR PROJETO PARA PERMITIR REPATRIAÇÃO EM 2017
- CRESCIMENTO ECONÔMICO TRARÁ A RETOMADA DO EMPREGO, DIZ MEIRELLES

- PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVOS BRASILEIRO ATINGE OBJETIVOS
- O QUE É O DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS E COMO FUNCIONA?
- ARTIGO: ARRANCADA EM PAÍSES RICOS PODE BENEFICIAR O BRASIL
- ESTADOS TERÃO REFORÇO DE R\$ 5,5 BI COM REPATRIÇÃO

CÂMBIO EM 03/11/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,234	3,235
Euro	3,584	3,585

Fonte: BACEN

SEFAZ/PR – Boletim Informativo nº 029/2016 - Impossibilidade de utilização de benefícios fiscais na importação para pessoas jurídicas inscritas no CADIN

03/11/2016 – Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

No dia 28 de outubro de 2016, a Receita Estadual do Paraná publicou o Boletim Informativo nº 029/2016 comunicando que, a partir de 1º de novembro de 2016, haverá a integração entre o Sistema de Desembaraço Eletrônico na Importação (DEIM) e Cadastro Informativo Estadual (CADIN).

Lembramos que o CADIN é destinado à inclusão das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário. O DEIM, por sua vez, é o sistema em que todo tratamento tributário do ICMS na importação é, obrigatoriamente, realizado.

Assim, destaca-se que, por meio do confronto de informações, os contribuintes que estiverem inadimplentes perante o CADIN estarão automaticamente **impossibilitados de usufruir dos benefícios de importação do Estado do Paraná.**

Novos Projetos de Lei- Departamento de Assuntos Legislativo nº 38 nº XII . 3 de novembro de 2016

03/11/2016 – Fiep

Confira os novos projetos de lei apresentados no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

Margem de preferência para produtos e serviços locais ofertados por empresas com sede no Município
PL 6342/2016 do deputado Nivaldo Albuquerque (PRP/AL)

MEIO AMBIENTE

Utilização de material biodegradável na composição de utensílios destinados ao contato direto com alimentos
PL 6346/2016 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO

Obrigatoriedade do imposto sindical apenas para os empregados filiados
PLS 385/2016 do senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

DISPENSA

Multa do FGTS para dispensa sem justa causa do trabalhador aposentado
PL 6319/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Revogação da indenização ao empregado dispensado sem justa causa próximo à data-base salarial
PL 6321/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

JUSTIÇA DO TRABALHO

Medidas para evitar a má fé na justiça do trabalho
PL 6323/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Contratação do pai/ mãe/responsável pela pessoa com deficiência em substituição da cota
PL 6366/2016 da deputada Rejane Dias (PT/PI)

DIREITO DE GREVE

Definição de regras sobre a greve
PL 6334/2016 do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ)

BENEFÍCIOS

Natureza não salarial do vale transporte pago em dinheiro
PL 6320/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

FGTS

Saque do FGTS para cobrir despesas do plano privado de assistência à saúde
PLS 376/2016 do senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Modificações nas relações de trabalho
PL 6324/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

INFRAESTRUTURA SOCIAL EDUCAÇÃO

Dedução da base de cálculo da CSLL para PJ que, comprovadamente, realizar despesas com a instrução de seus empregados

PL 6332/2016 do deputado Ronaldo Carletto (PP/BA)

Tratamento isonômico no diploma conferido ao discente na educação à distância e ensino presencial

PL 6351/2016 do deputado Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ)

Abono de faltas justificadas do estagiário

PL 6375/2016 do deputado Ronaldo Martins (PRB/CE)

SEGURIDADE SOCIAL

Impenhorabilidade dos valores depositados em plano de previdência privada

PL 6333/2016 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Exploração de substâncias minerais que não contenham matéria estratégica ou de importância econômica excessiva

PL 6330/2016 do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

Apesar do desemprego, empresas sofrem para contratar funcionários

03/11/2016 – Gazeta do Povo

Pesquisa mostra que 43% dos empregadores tiveram dificuldades em atrair profissionais qualificados neste ano. Falta de capacitação é principal problema



O mercado de trabalho brasileiro vive um paradoxo: o desemprego bate recordes, mas ainda há empresas e setores com dificuldade em encontrar gente para contratar. A fila de desempregados chegou a 12 milhões de pessoas, mas falta capacitação.

Um estudo feito recentemente pela empresa global de recursos humanos Manpower com mil empresas no país mostrou que 43% delas tem dificuldade para atrair profissionais qualificados.

A escassez de mão de obra é mais forte nas funções que exigem nível técnico, principalmente nos cargos ligados à produção, operações e manutenção, de acordo com o levantamento. "Isso já acontece há algum tempo e tem relação direta com o direcionamento do olhar pelos jovens para a formação superior.

Há um desinteresse pelos cursos técnicos. O mercado hoje sofre a consequência desse movimento. Principalmente a indústria, que precisa muito desse tipo de formação", aponta Márcia Almstrom, diretora de RH da Manpower.

A lista inclui ainda profissionais de apoio aos serviços de escritório (secretárias, recepcionistas e assistentes administrativos); operadores de produção/máquinas; profissionais especializados como carpinteiros, eletricitas e outros; representantes de vendas; executivos; contadores, contabilistas e analistas financeiros; motoristas; engenheiros e profissionais de TI.

No terceiro trimestre deste ano o desemprego no país chegou a 11,8% da população economicamente ativa, segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Somente neste ano, 3 milhões de brasileiros perderam o emprego. Mais gente no mercado procurando uma nova colocação, mas sem se preparar para isto, já que empresas e trabalhadores normalmente se despreocupam com a qualificação quando o mercado vinha em um bom ritmo, como nos últimos anos.

Educação deficiente

Outra pesquisa realizada pelo coordenador do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da Fundação Dom Cabral (FDC), Paulo Resende, mostra que as dificuldades de contratação decorrem, na maioria das vezes, justamente por gargalos na educação.

“O sistema de ensino brasileiro é um dos mais lentos em atualização de currículo que nós conhecemos. O Brasil não está nem entre os 40 principais países do mundo em velocidade de atualização de currículo”, afirma o professor.

Esse apagão de mão de obra acontece, segundo Resende, principalmente em áreas onde há uso de tecnologias mais avançadas como laboratórios de análises clínicas, indústrias de eletroeletrônicos e empresas que necessitam de profissionais formados em cursos novos como nanotecnologia.

Por causa desse cenário, 59% das empresas têm diminuído no nível de exigências para contratação no nível técnico. Essa flexibilização ocorre em relação a experiência, habilidades, necessidade de curso técnico e características pessoais, de acordo com a pesquisa da FDC.

Oportunidade

Na visão da diretora de RH da Manpower, o atual momento do mercado também é uma oportunidade para a profissionalização de quem está procurando emprego. “A formação técnica normalmente é de curtíssimo prazo e não requer grandes períodos de dedicação. Os custos também não são tão altos”, destaca.

Falta de profissional capacitado preocupa 6 em cada 10 executivos

Com um ambiente de negócios cada vez mais complexo, os requisitos para preenchimento das vagas nas empresas mudam muito rápido, situação que agrava ainda mais a busca por mão de obra qualificada.

“As competências necessárias para entregar a estratégia de negócios agora não são as mesmas daqui a seis meses ou um ano”, afirma João Lins, sócio da PwC Brasil e líder de People & Change.

Mesmo com o cenário de crise, que deveria arrefecer essa tendência, uma pesquisa da PwC mostrou que 59% dos CEOs brasileiros continuam preocupados com a disponibilidade de profissionais capacitados, já que o tempo de reposição de vagas em diversos setores da economia permanece elevado.

“Ou seja, mesmo diante do desemprego, as empresas demoraram para encontrar os profissionais com o perfil que elas precisam”, afirma Lins.

Nessa linha, é justamente a formação de uma força de trabalho educada, qualificada e adaptável considerada como prioridade para 75% dos CEOs. “Isto representa um grande desafio para governos, empresas e sociedade civil, melhorar a qualidade do sistema educacional disponível para todas as idades e segmentos”, destaca.

Panorama do emprego

Enquanto a fila de desempregados não para de aumentar, os recrutadores ainda enfrentam dificuldades em encontrar mão de obra qualificada para as vagas. Veja em quais funções há mais escassez de profissionais:

Mercado de trabalho

Desempregados

12

milhões de pessoas

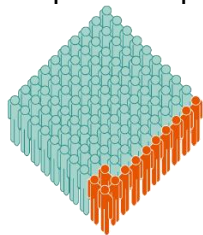
11,8%

da população economicamente ativa

Somente este ano

3 milhões

de pessoas perderam o emprego



Renda



Média de

R\$ 2.015

(ajustada pela inflação)

Empregados com carteira assinada

34,1 milhões

de pessoas











Queda de

1,3 milhão

de empregos formais no ano

Habilidades

Quais profissionais estão em falta

Área	funções	em relação ao ano anterior
1	Técnicos	técnicos de produção, operações ou manutenção 
2	Serviços de escritório	secretários, recepcionistas e assistentes administrativos 
3	Operadores de produção/máquinas	operadores de maquinaria especial 
4	Negócios especializados	eletricistas, carpinteiros, soldadores, pedreiros e outros 
5	Representantes de vendas	executivos de vendas, assessores de vendas e pessoal de vendas no varejo 
6	Administração/executivos	gerentes seniores e diretores 
7	Contabilidade e finanças	contabilistas, contadores e analistas financeiros 
8	Motoristas	caminhão, entrega, equipamentos pesados e de construção 
9	Engenheiros	mecânicos, elétricos e civis 
10	Profissionais de TI	desenvolvedores, programadores e outros 

Dados da produção reforçam cenário desafiador no curto prazo, dizem analistas

03/11/2016 – Tribuna PR

Os resultados da produção industrial divulgados na manhã desta terça-feira, 1º, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçam a percepção – já apontada por outros indicadores de atividade – de que o cenário ainda é desafiador no curto prazo.

Esta é a avaliação de analistas consultados pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Embora a alta de 0,5% da indústria em setembro com relação a agosto seja considerada uma boa notícia, é insuficiente para compensar perdas anteriores, indicando uma recuperação tímida, que terá reflexos no Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre.

Entre julho e setembro, a indústria caiu 5,5% ante igual período de 2015, conforme o IBGE. No ano, a retração acumulada é de 7,8% e, em 12 meses, de 8,8%. O principal destaque negativo do resultado de setembro ficou por conta da produção de bens de capital, que diminuiu 5,1% na margem. “Era o grupo da indústria que vinha apresentando melhores resultados”, falou o economista Luiz Fernando Castelli, da GO Associados.

“A queda (de bens de capital) reforça que a virada esperada da atividade no terceiro trimestre não aconteceu”, disse o economista Daniel Gomes da Silva, do Modal Asset, acrescentando que os números colocam um viés de baixa nas expectativas para o PIB.

Ele acredita que os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), assim como os indicadores recentes de varejo, emprego e confiança mais desfavoráveis que o esperado, sinalizam um número pior para PIB do terceiro trimestre e, conseqüentemente, para os períodos à frente.

Por enquanto, o economista prevê recuo de 0,8% para o PIB entre julho e setembro, mas adianta que a projeção será revisada para baixo. “Além disso, o resultado é importante pois deve prejudicar as previsões para o PIB do quarto trimestre. Muitos estavam esperando sutil alta, mas pode ser que isso não se confirme”, afirmou.

O economista-chefe da Quantitas Asset Management, Ivo Chermont, concorda que a produção industrial de setembro aponta para uma queda mais forte do PIB no terceiro trimestre. "Os dados de julho pareceram razoáveis, indicando que a atividade pudesse estar chagando no platô, mas os de agosto foram impressionantemente desastrosos. A produção industrial (de setembro) também veio fraca", disse.

Há três meses, Chermont estimava zero para o PIB do terceiro trimestre com relação ao do segundo trimestre. Agora, prevê queda de 0,7%. "Mas pode ser que até seja um recuo mais de 1%", sentencia.

Em relatório, o Credit Suisse avalia que o tombo de bens de capital em setembro mostra que provavelmente os investimentos terão queda substancial no terceiro trimestre na formação do PIB, invertendo o crescimento verificado no segundo trimestre. Para o banco, os dados disponíveis sugerem retração de 0,8% da atividade entre julho e setembro.

O economista Fabio Silveira, sócio e diretor da MacroSector, entende que o crescimento de 0,5% na produção industrial em setembro ante agosto e, principalmente, o aumento de 1,9% no segmento de bens duráveis, fornecem "indícios sólidos de que chegamos ao fundo do poço" no setor.

Copom

Para Luiz Fernando Castelli, da GO Associados, a política monetária, "ainda muito contracionista", está dificultando uma recuperação mais consistente da economia brasileira. Além disso, o câmbio menos favorável para a exportação influencia negativamente.

"A gente percebe que houve melhora de expectativa logo no começo do ano e ela já começa a ceder. O Banco Central não atuou no sentido de estimular economia, se preocupou mais com a inflação. Para a atividade, isso se tornou um entrave", disse.

Ele aposta que, diante do cenário atual, o Banco Central deverá "apertar um pouco o passo" na próxima reunião no Comitê de Política Monetária (Copom), este mês, o que significaria subir a intensidade do corte da taxa básica de juros. A opinião é compartilhada por Daniel Gomes da Silva, da Modal Asset.

Segundo Gomes da Silva, a sensação de que a atividade ainda não está no caminho de firme recuperação pode fazer com que o Copom aumente o ritmo de redução da Selic de 0,25 ponto percentual para 0,50 ponto no encontro de novembro.

Ele diz que, em agosto, o Banco Central tentou minimizar a atividade, mas a partir de agora o BC terá de revisar seu cenário de crescimento econômico para baixo. "Até a reunião, os dados (fiscais e inflacionários) vão evoluir positivamente e, como a atividade sinaliza retomada gradual, abre janela para acelerar o corte", afirmou.

Mesma avaliação é feita pelo Haitong Banco de Investimentos do Brasil, em relatório. O texto diz que, seja do lado de bens voltados para consumo, seja do lado de bens voltados para investimentos, a situação do setor industrial não parece coadunar com a análise mais otimista que a autoridade monetária brasileira tem apresentado sobre os rumos da atividade econômica. Por este motivo, o banco acredita que taxas de crescimento mais robustas só deverão acontecer no médio prazo.

"Assim sendo, mantemos nossa expectativa de que este quadro ajudará o Banco Central a optar por um ritmo mais célere de ajuste da taxa básica de juros à frente", coloca o relatório, acrescentando que, nesse sentido, o Copom tende a cortar em 0,5 ponto percentual a Selic já em novembro.

Horas trabalhadas na indústria sobem 1% em setembro, diz CNI

03/11/2016 – Bem Paraná

Depois de uma queda acumulada de 6,7% nos últimos quatro meses, as horas trabalhadas na produção aumentaram 1% em setembro frente a agosto, informou nesta terça-feira (1º) a CNI (Confederação Nacional da Indústria). De acordo com o relatório Indicadores Industriais, o faturamento ficou estável e o nível de utilização da capacidade instalada no setor recuou 0,3%.

As informações são da Agência Brasil. Com a queda de setembro, a utilização da capacidade instalada da indústria ficou em 76,9% na série dessazonalizada (livre de influências sazonais), muito próxima do menor nível da série, que foi de 76,8% em julho. "Os indicadores industriais de setembro trazem resultados um pouco mais animadores, embora muito aquém do necessário para reverter os números negativos dos últimos meses", destaca a CNI.

O faturamento, por exemplo, registra uma queda de 15,5% em relação a setembro de 2015. MERCADO DE TRABALHO De acordo com a pesquisa, o emprego caiu 0,9% em setembro na comparação com agosto na série com ajuste sazonal. Foi o 20º mês consecutivo de retração no emprego.

Na comparação com setembro do ano passado, o indicador registra uma queda de 6,5%. A massa real de salários aumentou 0,9% em setembro frente a agosto, na série que desconta os efeitos sazonais. Na comparação com setembro do ano passado, o indicador registra queda da 4,7%.

Apesar disso, o rendimento médio do trabalhador cresceu 1,7% em setembro frente a agosto, na série com ajuste sazonal. Na comparação com setembro de 2015, o rendimento médio do trabalhador teve crescimento de 2%.

O crescimento do rendimento médio do trabalhador e da massa de salários em tempos de redução do emprego ocorre por causa dos reajustes salariais de algumas categorias e da desaceleração da inflação, informou a CNI.

PMI industrial do Brasil sobe em outubro ante setembro, diz Markit

03/11/2016 – Tribuna PR

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) da indústria brasileira subiu para 46,3 pontos em outubro, de 46,0 pontos em setembro, informou a Markit. Com esse resultado, a atividade registrou o 21º mês de contração, mostrada quando o indicador fica abaixo do patamar de 50 pontos, o que, segundo a Markit, sinaliza um "nível consistente de deterioração acentuada na saúde do setor".

Markit aponta que o volume de exportações recuou ao menor nível desde maio de 2009 mesmo com as novas encomendas na indústria caindo a um ritmo mais baixo nos últimos três meses. Houve queda na produção nos três segmentos monitorados, sendo a mais acentuada em bens de capital.

Os níveis de contratação também continuaram a cair em taxa acentuada, informou a Markit, estendendo o período atual de perda de empregos em 20 meses. Os entrevistados atribuem a redução do quadro à necessidade de cortar custos.

Assim, a compra de insumos e, conseqüentemente os estoques de compra, recuaram mais uma vez em outubro. Em relação aos estoques, embora seja a menor taxa de redução desde março, a Markit avaliou que ainda é uma variação acentuada. Os preços

ao produtor se atenuaram, atingindo recorde de baixa em nove meses, já os valores dos produtos subiram mais uma vez, mas em uma taxa menor em 15 meses.

A analista Pollyana de Lima, responsável pelo relatório, considerou que “embora o PMI tenha se arrastado ligeiramente para cima em outubro, a desaceleração no setor industrial do Brasil permaneceu acentuada”.

Pollyana, no entanto, avaliou que o Banco Central pode ter dado um sinal positivo, ainda que tênue, para quebrar o ciclo descendente da atividade ao reduzir a Selic em 0,25 ponto porcentual em outubro.

“Tendo reduzido a taxa de referência pela primeira vez em quatro anos, com o objetivo de apoiar a recuperação há tanto esperada, e em sintonia com pressões inflacionárias um pouco mais brandas, é possível que a mudança mais recente sustente investimentos no setor”, disse.

Indústria opera em patamar semelhante à de crise de dezembro de 2008, diz IBGE

03/11/2016 – Tribuna PR

Apesar do avanço de 0,5% na produção na passagem de agosto para setembro, a indústria brasileira está operando 20,7% abaixo do pico registrado em junho de 2013, ressaltou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Indústria está em patamar semelhante a dezembro de 2008 e janeiro de 2009, aquele período em que houve recuo importante na produção industrial em função da crise internacional. Embora o ano de 2016 tenha nos mostrado uma maior frequência de resultados positivos, ainda assim há um saldo negativo importante a ser recuperado”, ressaltou Macedo.

A queda de 4,8% na produção industrial brasileira em relação ao mesmo mês do ano anterior foi a 31ª taxa negativa consecutiva, mas a menos intensa desde junho de 2015, quando tinha recuado 2,6%, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal.

Média diária exportada em outubro é 10,2% menor que a de outubro de 2015

03/11/2016 – Tribuna PR

As exportações de US\$ 13,721 bilhões em outubro, com média diária de US\$ 686,1 milhões, representaram um recuo de 10,2% em relação à média por dia útil do mesmo mês do ano passado (US\$ 764,2 milhões).

De acordo com dados divulgados nesta terça-feira, 1, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), houve queda de 18,6% nos embarques de produtos básicos (US\$ 5,670 bilhões), principalmente em milho em grão, soja em grão, farelo de soja, algodão em bruto, carne bovina, minério de cobre, fumo em folhas e carne de frango.

Também em relação a outubro de 2015, houve retração de 4,0% nas vendas de manufaturados (US\$ 5,519 bilhões), sobretudo em tubos flexíveis e ferro e aço, laminados planos, motores para veículos e partes, óxidos e hidróxidos de alumínio, autopeças, motores e geradores elétricos, polímeros plásticos, medicamentos e máquinas para terraplenagem.

Na mesma comparação, houve redução ainda de 0,4% nas exportações de bens semimanufaturados (US\$ 2,231 bilhões), com destaque para ferro fundido e celulose.

Pelo lado das importações, as compras de US\$ 11,375 bilhões em outubro, com média diária de US\$ 568,8 milhões, representaram uma média por dia útil 15,0% inferior à registrada no mesmo mês de 2015 (US\$ 669,2 milhões).

Nesse comparativo, caíram as compras de combustíveis e lubrificantes (-52,8%), bens de capital (-19,9%), bens de consumo (-13,3%) e bens intermediários (-4,1%).

Camex reduz para 2% imposto de importação de bens de informática e de capital

03/11/2016 – Tribuna PR

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu para 2% as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre diversos bens de informática e de capital, todos na condição de ex-tarifários. As duas resoluções com a redução estão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

Para a maior parte dos produtos, a redução vale até 30 de junho de 2018. Alguns bens de capital serão contemplados com o benefício apenas até 31 de dezembro de 2017.

Autopeças

A Camex incluiu 55 ex-tarifários na lista do 'Regime de Autopeças não Produzidas'. Com isso, os itens inseridos na relação terão o Imposto de Importação reduzido de alíquotas como 16%, 18% e 8% para 2%.

A decisão, que está publicada no Diário Oficial da União (DOU), também retirou outros 16 itens da lista, que passarão a ser taxados com a alíquotas originais, mais elevadas, como 14% e 16%.

Resinas de polipropileno

A Câmara de Comércio Exterior prorrogou a aplicação do direito antidumping definitivo, por até 5 anos, às importações brasileiras de resina de polipropileno (PP) vindas dos Estados Unidos. De acordo com a resolução, publicada no Diário Oficial da União (DOU), a alíquota de recolhimento do direito é de 10,6%.

O produto taxado é comumente classificado nos códigos 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A punição não se aplica às "resinas de polipropileno contendo simultaneamente módulo de flexão igual ou inferior a 80 MPa (conforme ISO 178) e índice de fluidez igual ou superior a 27 g/10 min (ISO 1133)".

A prorrogação da medida de defesa comercial decorre de processo de revisão iniciado em dezembro do ano passado.

A cobrança do direito antidumping sobre o produto começou originalmente em dezembro de 2010, depois do fim de investigação aberta em julho de 2009. Tanto a petição da investigação quanto a petição da revisão da medida foram solicitadas ao governo pela empresa Braskem. A alíquota de recolhimento se mantém desde o início em 10,6%.

p-Xileno

A Camex manteve a alíquota zero do Imposto de Importação aplicável ao p-Xileno na Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec).

A decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU) e vale para uma cota de 180 mil toneladas do insumo químico. O benefício terá vigência de 20 de novembro de 2016 a 19 de novembro de 2017.

Nova política de conteúdo local vai a consulta pública neste mês, diz ministério

03/11/2016 – Tribuna PR

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) colocará em consulta pública em meados deste mês as alterações na política de conteúdo local que vão ser usadas nas rodadas de licitações de áreas do ano que vem, segundo o secretário de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix.

Ele disse que se reuniu na semana passada com representantes da indústria fornecedora e que recebeu deles reivindicações para garantir a contratação local de equipamentos e serviços pelas companhias petroleiras que vão participar dos leilões. Entre as reivindicações feitas esteve a inclusão de bens na lista de possíveis aquisições no Brasil.

Além das mudanças na política de conteúdo local, a indústria pede isonomia tributária em relação ao Repetro, regime fiscal que permite a importação de equipamentos sem o pagamento de impostos. A indústria fornecedora pede isenção fiscal equivalente para ter a mesma competitividade dos importados.

“O princípio filosófico apresentado pelos fornecedores locais eu entendo e defendo. Mas os entendimentos sobre isonomia variam muito”, afirmou Félix, ressaltando que a decisão sobre o Repetro será do Ministério da Fazenda e que ele não participa desse debate.

O secretário do MME participou nesta terça-feira, 1, da cerimônia de despedida de Magda Chambriard da diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que deixa o cargo nesta sexta-feira.

Venda de veículos cai 0,57% em outubro ante setembro, diz Fenabreve

03/11/2016 – Tribuna PR

A venda de veículos novos no Brasil teve queda de 0,57% em outubro ante setembro, para 159.049 unidades, informou nesta terça-feira, 1º de novembro, a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). O mês de outubro, no entanto, contou com um dia útil a menos (20). Na média diária, portanto, houve crescimento de 4,4%, para 7,9 mil unidades, em levantamento que considera os segmentos de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

Na comparação com outubro do ano passado o mercado tem retração mais intensa, de 17,22%. Mas como também há um dia útil a menos em outubro deste ano, a média diária tem recuo menor, de 13,1%. No acumulado do ano, a venda de veículos novos alcança 1,667 milhão de unidades, baixa de 22,28% ante o resultado registrado em igual período de 2015.

Por segmento, automóveis e comerciais, juntos, somam 154.875 unidades vendidas em outubro, praticamente estável em relação a setembro, com queda de 0,06%. Na comparação com outubro do ano passado, o recuo é de 16,4%. De janeiro a outubro, os emplacamentos dos dois segmentos totalizam 1,613 milhão de unidades, declínio de 21,92% sobre o volume alcançado em igual intervalo do ano passado.

No mercado de caminhões, foram emplacadas 3.417 unidades em outubro, baixa de 17,74% ante o volume de outubro e recuo de 40,92% em relação a setembro do ano passado. Nos primeiros dez meses, os licenciamentos chegaram a 42.067 caminhões, retração de 31,55% ante igual período de 2015.

Entre os ônibus, foram vendidas 757 unidades, queda de 8,57% em comparação com o número de emplacamentos em setembro. Em relação a outubro de 2015, o volume comercializado representa recuo de 30,61%. De janeiro a outubro, foram emplacados 11.913 ônibus, recuo de 32,56% sobre o nível de igual período do ano passado.

As quedas no mercado de veículos no Brasil ainda refletem a alta continuada do desemprego e o crédito restrito por parte das instituições financeiras. Representantes de associações do setor automotivo, como a Anfavea e a Fenabrave, acreditam que o quarto e último trimestre de 2016 deve marcar a retomada das vendas. Para o ano inteiro, no entanto, a projeção da Anfavea é de queda de 19%, considerando todos os segmentos.

Reforma da Previdência tem de atacar privilégios, diz economista do Itaú

03/11/2016 – Gazeta do Povo

Se indicar que "uns brasileiros são melhores que outros", mudança na legislação terá menos chances de ser aprovada, avalia Mario Mesquita



Quanto mais abrangente for a reforma da Previdência, maiores são as chances de ela ser aprovada. A avaliação é do economista-chefe do banco Itaú, Mario Mesquita. Para ele, a abertura de exceções indicaria que "uns brasileiros são melhores que outros" e tiraria força da proposta.

"A chance de aprovar a reforma da Previdência é diretamente proporcional à amplitude da reforma. Se você faz uma reforma que já começa preservando alguns privilégios, ela já entra fragilizada", disse Mesquita na quinta-feira (27), em encontro da equipe econômica do Itaú com jornalistas.

"Quando você ataca tudo, se o sujeito – policial militar, bombeiro, o que seja – pedir tratamento especial, já vai ficar claro que ele quer tratamento especial. Agora, se você já começa escolhendo que uns brasileiros são melhores do que outros, fica complicado", completou o economista, que dirigiu a área de Política Econômica do Banco Central entre 2007 e 2010.

Membros do governo e o próprio presidente Michel Temer declararam em diferentes ocasiões que a reforma afetará a todos, incluindo servidores públicos e políticos. A ideia é que a principal inovação do pacote, a idade mínima para aposentadoria, seja de 65 anos para homens e mulheres, servidores públicos e funcionários do setor privado, trabalhadores urbanos e rurais. Mas as diferentes regras hoje existentes convergiriam obedecendo a diferentes regras de transição.

Mas aliados fazem pressão por exceções. Em meados de outubro, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, defendeu que a reforma seja diferente para os militares, afirmando ser "impossível construir entre desiguais uma previdência única".

Transição curta

Na conversa com jornalistas, o economista Pedro Schneider, do Itaú, afirmou que a idade mínima de 65 anos é "fundamental, e com uma regra de transição curta". Sem uma reforma, disse, o teto para os gastos públicos – já aprovado pela Câmara dos Deputados e agora em trâmite no Senado – "simplesmente não para em pé".

Schneider observou que a Previdência, que já consome 40% dos gastos públicos, tem contra si a demografia – o envelhecimento da população vai elevar o número de aposentados e diminuir o de contribuintes – e a regra de correção do salário mínimo, que é o piso dos benefícios e pode crescer acima da inflação. “O Brasil vai ficar velho, e vai ficar velho rápido. E não ficou rico. É preciso adequar o orçamento público a essa nova realidade demográfica”, disse.

Reformas de Temer não mexem com “Bolsa Empresário”

03/11/2016 – Gazeta do Povo



Enfrentando a oposição de vários setores da sociedade, o governo toca uma agenda de medidas para conter a sangria das contas públicas. Está perto de implantar um teto para seus gastos e promete – desta vez para novembro – enviar ao Congresso uma ampla reforma nas regras de aposentadoria. Mas o presidente Michel Temer ainda não mostrou disposição para mexer em outro “vespeiro”, a chamada “Bolsa Empresário”.

Defendidos por grupos de interesse com bom trânsito em Brasília, os incentivos fiscais e subsídios bancados pela União devem passar de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, segundo estimativas da Receita Federal e de especialistas em contas públicas. Os recursos que saem dos cofres do Tesouro e os que deixam de entrar equivalem a cerca de 30% das despesas do governo federal em 2016, estimadas em 20% do PIB.

Embora o novo governo critique o quadro fiscal que herdou de Dilma Rousseff, não esboçou qualquer mudança nas desonerações. No ano que vem, elas devem chegar a R\$ 285 bilhões, mais que o dobro do déficit primário projetado para a União (R\$ 139 bilhões).

No caso dos subsídios, há pouco a fazer em relação aos empréstimos já contratados – só os do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, vão custar ao Tesouro R\$ 200 bilhões até 2060. Quanto aos novos financiamentos, a proposta do teto de gastos determina que, se descumprir o limite de despesas, o governo não poderá ampliar os subsídios. Mas não o obriga a rever os que já existem.

Parte dos incentivos beneficia pessoas físicas, como as deduções do Imposto de Renda. Mas a maioria é mesmo voltada para o setor empresarial, como os empréstimos subsidiados do BNDES e as desonerações para as indústrias automotiva, petroquímica, de informática, de aeronaves e também estaleiros, usinas termelétricas, produtores de biodiesel e outros, numa lista de renúncias fiscais com mais de 60 itens.

“É preciso reduzir as desonerações. Não só pelo impacto fiscal em si, mas porque muitas vezes são injustas do ponto de vista da distribuição de renda, beneficiando gente que não deveria estar sendo beneficiada e gerando distorções na alocação de recursos”, diz Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos.

Para o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, faltou critério na concessão de desonerações. “Algumas parecem ter sido feitas sem aquela análise de custo e benefício de médio e longo prazo que deveria pautar decisões desse tipo”, diz.

Evolução

Os benefícios fiscais, que começaram a década em 3,5% do PIB, chegaram ao pico de 4,6% em 2015 e devem baixar a 4,3% neste ano, em decorrência da reversão de parte da desoneração da folha de pagamento, ainda na gestão de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Apesar dos leves recuos que a Receita prevê para 2017 e 2018, as renúncias continuarão na casa dos 4% do PIB.

Os subsídios para empréstimos, por sua vez, devem alcançar neste ano a marca recorde de 1,9% do PIB, conforme estudo dos economistas Vilma Pinto e José Roberto Afonso, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre). Estão na conta os benefícios explícitos (quando o Tesouro banca parte dos juros) e implícitos (quando a União cobra juros inferiores aos que pagou para captar o dinheiro).

Imposto menor e juro camarada

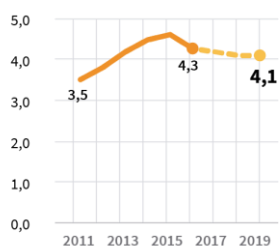
O volume de renúncias fiscais diminuiu um pouco, mas segue acima dos patamares do início da década. E os subsídios estão no maior nível da história.

Renúncias fiscais

em R\$ bilhões



em % do PIB



em R\$ bilhões

83,0	Micro e pequenas empresas*
25,6	Zona Franca de Manaus**
17,0	Desoneração da folha de salários
7,4	Medicamentos
5,8	Informática e automação
3,7	Setor automotivo
2,8	Equipamentos para infraestrutura
2,3	Embarcações e aeronaves
1,1	Indústria petroquímica
0,7	Termelétricas

Subsídios

em % do PIB***



*Incluídas no Simples Nacional. **E outras áreas de livre comércio. ***Soma dos subsídios explícitos (quando o Tesouro banca parte dos juros) e implícitos (quando o juro de programas oficiais de crédito é menor que o custo de captação pago pelo Tesouro). Fonte: Receita Federal, economistas José Roberto Afonso e Vilma Pinto (Ibre/FGV). Infografia: Gazeta do Povo.

"Governo não quer dar tanta má notícia no curto prazo", diz economista

O governo tomou uma decisão política ao não mexer agora nas renúncias fiscais e subsídios, e cedo ou tarde tentará rever esses benefícios. A avaliação é de economistas ouvidos pela **Gazeta do Povo**.

"O governo não está querendo dar tanta má notícia assim no curto prazo. Mas acho que [a revisão] vai acabar acontecendo. Provavelmente estará na agenda, em alguma medida, no ano que vem", diz Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú. "Politicamente, era muito difícil para o governo começar pelas desonerações sem antes tentar algo pelo lado das despesas."

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, acredita que a revisão deve demorar um pouco mais. "Acho que houve uma decisão política de ir com calma. Se ficar abrindo muitas frentes de batalha, o governo corre o risco de ficar sem nada no final", avalia. "Tem agora o teto de gastos e a Previdência, depois as concessões, a reforma trabalhista, a reforma política. A meu ver, essas outras reformas aparecem antes na lista de prioridades."

Eficácia

Para o professor de Economia Adriano Biava, da USP, as desonerações não são um problema por si só. "Elas chegaram a um nível de mais de 4% do PIB. Mas a questão é saber se elas são eficazes. Os objetivos do governo anterior eram, segundo consta, se contrapor à crise e manter o nível de emprego. Pode ser que se tenha errado na dose, mas a medida em si não foi errada", diz.

Há condições para queda maior

03/11/2016 – Bem Paraná

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) tem condições de acelerar o ritmo de queda da taxa Selic de 0,25 ponto porcentual para 0,50 ponto a partir da reunião deste mês, de acordo com a LCA Consultores.

De um lado, sinais de consolidação do econômico mundial e, de outro, o frustrante desempenho recente da atividade doméstica dão espaço para o BC aumentar a velocidade de recuo dos juros, conforme relatório da consultoria. Atualmente, a taxa Selic está em 14,00% ao ano.

Além dos ventos externos favoráveis e da piora da economia interna, a LCA acrescenta o fiscal como elemento a favor do aumento da velocidade do recuo da Selic. Segundo a instituição, a PEC do teto de gastos, já aprovada na Câmara dos Deputados, deve ser aprovada em primeiro turno no plenário do Senado antes da próxima reunião do Copom. "Acreditamos que essa janela de oportunidade", estima.

Fed mantém juro, mas sinaliza que taxa sobe em dezembro

03/11/2016 – Bem Paraná

O Fed (banco central dos EUA) decidiu nesta manter a taxa básica de juros da economia americana. No entanto, o banco sinalizou que um aumento na taxa deve ocorrer no encontro marcado para o mês que vem. A decisão do Fed, comandado por Janet Yellen, é acompanhada com atenção por todo o mundo e tem impacto especial para as economias dos países emergentes, inclusive o Brasil.

A chance de um aumento dos juros cresceu, mas a principal preocupação dos investidores neste momento é a eleição entre Hillary Clinton e Donald Trump. O índice S&P 500 (que inclui 500 grandes empresas americanas), da Bolsa de Nova York, caiu 0,7% e acumula sete pregões seguidos de queda, a pior sequência desde novembro

de 2011. A queda da Bolsa de Valores dos Estados Unidos reflete as incertezas sobre a eleição presidencial da semana que vem, com pesquisa nacional recente mostrando Trump à frente da adversária democrata.

Não é só a Bolsa americana que mostra a preocupação com o cenário eleitoral indefinido. Um indicador de volatilidade, que mede as expectativas dos investidores para as ações, acumula também sete pregões de alta, algo que não acontecia desde 2013.

O resultado é que os investidores estão, na reta final do período eleitoral americano, aumentando a procura por aplicações que garantam uma maior proteção do seu portfólio contra variações bruscas.

IPC-S sobe em todas as capitais pesquisadas na 4ª quadrimestre de outubro

03/11/2016 – Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu em todas as sete capitais pesquisadas na quarta quadrimestre de outubro em relação à terceira leitura do mês, divulgou a instituição nesta quinta-feira, 3. No geral, o IPC-S avançou de 0,24% para 0,34% entre os dois períodos. Em relação a setembro, o índice subiu 0,27 ponto porcentual.

Por região, da terceira para quarta quadrimestre, Salvador teve variação de 0,15% para 0,43%, Brasília passou de 0,04% para 0,14%, Belo Horizonte variou de 0,16% para 0,22%, Recife subiu de 0,41% para 0,45% e Rio de Janeiro variou de 0,45% para 0,54%. Ainda apresentaram variação positiva Porto Alegre (0,08% para 0,21%) e São Paulo (0,26% para 0,31%).

Caixa recebe recursos antecipados do FGTS

03/11/2016 – Tribuna PR

De acordo com um estudo obtido pelo **Estado**, a Caixa Econômica Federal está inflando o seu balanço com recursos recebidos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro do programa Minha Casa Minha Vida. Desde 2009, estima o levantamento, ao menos R\$ 15 bilhões foram lançados indevidamente no balanço da instituição, que concentrou os financiamentos subsidiados do programa habitacional.

O estudo intitulado "A contabilidade criativa no FGTS" é de autoria do economista Marcos Köhler. Especialista em políticas públicas, foi servidor do Ministério do Planejamento e do Banco Central. É consultor legislativo desde 2002. No momento está na assessoria econômica do senador José Aníbal (PSDB/SP).

Ao fazer uma análise dos balanços do FGTS, Köhler identificou que um grande volume de recursos é sacado do Fundo especificamente para pagar o chamado "subsídio financeiro" – espécie de subvenção criada para reduzir os juros dos financiamentos a famílias de baixa renda dentro do Minha Casa Minha Vida.

Essa ajuda foi criada para deixar a prestação mensal da casa própria mais barata e caber no bolso do comprador.

Cruzando as normas do Conselho Curador do FGTS, os saques no Fundo e os dados do balanço da Caixa, o economista concluiu que o volume de subsídios financeiros é elevado porque o FGTS paga tudo à vista para Caixa. Na avaliação dele, esse detalhe, por si só, já seria controverso. Mas ele constatou que o procedimento abriu espaço para duas outras práticas que considera mais graves.

A primeira é que os valores, apesar de serem pagos à vista, hoje, são engordados pelos juros do futuro. "O certo seria, como se diz no jargão da contabilidade, trazer a valor presente: descontar o efeito de juros, e isso faria com que o valor pago fosse bem menor", diz Köhler, que fez várias projeções para chegar a essa conclusão.

O segundo problema, na avaliação dele, é que a Caixa registra tudo de uma vez só no balanço, o que não é permitido. Pela circular 1.273 do Banco Central, que rege o Plano Contábil do Sistema Financeiro (Cosif), receitas e despesas devem ser registradas no período em que elas ocorrem (dentro do regime de competência, como se diz no jargão da contabilidade), e não na data do efetivo ingresso ou desembolso.

Pela regra que regula a sua concessão, o subsídio financeiro é calculado levando-se em consideração "a taxa de administração" que cabe à Caixa e "o diferencial de juros" ao longo de todo o período do financiamento, que pode se prolongar por até 30 anos.

Por causa disso, Köhler defende que o correto seria a Caixa criar no balanço uma conta em separado, para registrar que recebeu recursos do FGTS, mas que só se transformariam efetivamente em receita à medida que o mutuário fosse pagando as prestações. Assim, subsídio e receita ficariam ajustados.

Futuro. "A Caixa recebe um adiantamento que corresponde a parcelas de juros e taxas de períodos ainda não decorridos: isso caracteriza antecipação de receita futura e distorce o resultado presente. Trata-se de apropriação prematura da receita, que fere princípios contábeis usuais", diz Köhler.

Para ele, não há dúvida. "Essa prática inflou o balanço da Caixa, porque lançou como receitas presentes parcela de juros que só seriam recebidas no futuro. Em compensação, os resultados dos próximos exercícios não contarão com essas receitas", diz ele. Pelas suas projeções, é possível que, desde 2009, o total dessa superestimação tenha chegado a algo como R\$ 15 bilhões.

O mais correto, porém, diz o economista, seria o FGTS não pagar à vista todo o valor. Por demandar cálculos com juros por períodos longos, podem ocorrer distorções no cálculo do valor presente do subsídio de um financiamento imobiliário.

O desembolso antecipado, nesse caso, pode ser menor ou maior do que deveria ser de fato. Pelas estimativas de Köhler, no ano passado, a Caixa teria recebido cerca de R\$ 560 milhões a mais do que deveria em subsídios do FGTS. Em compensação, se a taxa Selic no futuro cair muito, a Caixa terá tido prejuízo com o adiantamento das taxas de administração.

Detalhe histórico: o subsídio habitacional para a baixa renda vem sendo remodelado pelo Conselho Curador do FGTS desde os anos 90. Mas o atual arcabouço legal foi consolidado em 2006 e apresentado na época como um "Novo Modelo de Concessão de Descontos" de subsídios, preparando o terreno para o Minha Casa, Minha Vida, que seria lançado em 2009. As regras valem até hoje

Celulares do Paraná terão mais um dígito. Veja como atualizar agenda

03/11/2016 – Bem Paraná

Neste domingo, 6, os números dos celulares do Paraná ganharão mais um dígito: o nono. Junto com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os usuários de telefonia móvel já receberam mensagens de alerta para a mudança. O objetivo é aumentar a disponibilidade de números de telefones móveis no Brasil e, assim, poder atender à crescente demanda de novos usuários. No Paraná deverá ser acrescentado o número 9 na frente dos números com DDDs 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

Por determinação da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), os celulares ganharão o novo dígito a partir de 6 de novembro de 2016. Após esta data, as ligações marcadas com oito dígitos ainda serão possíveis por um tempo determinado, para que as redes e os usuários possam se adaptar. Gradualmente devem haver interceptações e os clientes das operadoras receberão mensagens com orientações sobre a nova forma de discagem.

No Paraná, cerca de 14 milhões de telefones celulares terão o número alterado gradativamente. Só em Curitiba e região (DDD 41), são, aproximadamente, 5 milhões de linhas móveis, segundo a Anatel.

Agenda

Para quem já está pensando no trabalho que terá para atualizar agenda, a tecnologia vem mais uma vez dar aquela ajudinha. Há um grande número de aplicativos disponíveis gratuitamente nas lojas online (App Store para aparelhos com sistema operacional Ios e Google Play para celulares que utilizam a plataforma Android) dão conta da tarefa perfeitamente. Veja alguns links que podem ser bastante útil nestes dias.

Novo Dígito BR Android

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.andre.almeida.novodigito&hl=pt>

Oi Nono Dígito

IOS

<https://itunes.apple.com/br/app/oi-9o-digito/id680624924?mt=8>

Android

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.mobicare.oi.nonodigito>

9º Dígito Leucotron

IOS

<https://itunes.apple.com/br/app/9o-digito-leucotron/id1042724431?mt=8>

Android

https://play.google.com/store/apps/details?id=com.leucotron.nonodigito.android&hl=pt_BR

9º Dígito TIM

IOS

<https://itunes.apple.com/br/app/9o-digito-tim/id736667920?mt=8>

Android

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.conception.tim.nonodigito2>

Vivo 9º Dígito

IOS

<https://itunes.apple.com/br/app/vivo-9o-digito/id546153737?mt=8>

Android

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.vivo.orgarnizer.activities&hl=pt_BR

Embratel 9º Dígito

IOS

<https://itunes.apple.com/br/app/embratel-9o-digito/id717457818?mt=8>

Android

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.abacommm.embratel.nonodigit&hl=pt_BR

US\$ 10 bi entraram no Brasil com repatriação de recursos ilegais, diz BC

03/11/2016 – Bem Paraná

A repatriação de recursos ilegais no exterior, cujo prazo terminou nesta segunda (31), trouxe ao Brasil US\$ 10 bilhões (ou cerca de R\$ 32 bilhões), segundo informou o Banco Central nesta terça (1º). Esse montante entrou no Brasil porque parte dos contribuintes usou dinheiro que possuía fora do país para pagar o Imposto de Renda e a multa necessários para regularizar os recursos que estavam no exterior.

O valor informado pelo BC entrou no país por meio de 10.194 contratos de câmbio. O número difere do balanço apresentado pela Receita Federal, que informou nesta terça que um total de R\$ 50,9 bilhões que ingressaram nos cofres do governo com o programa, porque parte dos contribuintes optou por pagar a multa e o imposto devidos com recursos que já estavam no Brasil.

"No total, foram feitas 9.798 retificações de declarações de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), perfazendo um montante de U\$ 23,1 bilhões em ativos no exterior", disse a autoridade monetária em nota.

O programa previa que os contribuintes que enviaram dinheiro para outros países sem informar a Receita poderiam regularizá-los se pagassem 15% de Imposto de Renda e 15% de multa.

Empresários da economia criativa geram empregos com apoio do Governo do Estado

03/11/2016 – Bem Paraná



Há um ano, o empresário André Straube transformou um problema em negócio. O programa de computador que registrava as vendas de suas duas lanchonetes era lento e fazia Straube perder dinheiro.

Ele decidiu, então, criar seu próprio programa, pois não encontrava um produto satisfatório no mercado. Ao fazer esse caminho - do problema à solução -, Straube percebeu que ideias podem ser lucrativas. Vendeu as lanchonetes e criou a i9algo, empresa do crescente setor da economia criativa no Paraná.

"Minha empresa veio de uma necessidade que eu tive e a partir dela mudei de vida", diz Straube.

A i9algo é uma desenvolvedora de ideias. Pela página da internet, recebe sugestões para criação de soluções que podem facilitar a vida das pessoas e resultar em bons negócios.

Desde que foi criada, em 2015, já recebeu cerca de 50 sugestões. A primeira ideia a chegar ao mercado é de Straube e se chama Taxi ADV. Trata-se de uma tela digital

que divulga publicidade e notícias instalada no encosto de cabeça em bancos de taxis da cidade do Rio de Janeiro.

O equipamento também traz informações sobre pontos turísticos, festas e eventos e disponibiliza carregadores de telefone celular para os passageiros. Ele está instalado em 430 táxis da cidade e alcança, por mês, cerca de 400 mil pessoas. Hoje, a i9algo emprega sete pessoas e pretende contratar mais, com planos de expansão para outras capitais.

O trabalho é feito em parceria com os taxistas, que agregam um serviço diversificado e ganham descontos dos locais que anunciam no equipamento. O colaborativismo - por meio da troca, do reconhecimento de grupos, de cooperativas e de coletivos geradores de valor e aprendizado - é uma forte característica dos empreendimentos criativos.

Para fazer a ideia virar negócio, Straube conta com o apoio da Incubadora Tecnológica do Tecpar (Intec). "Eles me deram uma estrutura muito bacana e, dessa maneira, eu aperfeiçoei o produto", conta. O Tecpar já incubou cerca de 100 empresas, desde 1989, prestando assessoria em infraestrutura e disponibilizando técnicos de diversas áreas para auxiliar as pessoas no desenvolvimento de produtos e novos negócios.

"O Tecpar acompanha e fornece soluções inovadoras ao empreendedor e, dessa maneira, fomenta o desenvolvimento de novos negócios que vão criar emprego e movimentar a economia paranaense", afirma o gerente de parques e incubadoras do Tecpar, Gilberto Passos Lima.

ECONOMIA CRIATIVA - A i9algo é uma das muitas empresas brasileiras e paranaenses que fazem parte da economia criativa. O setor tem a criatividade e o conhecimento como matéria prima de produtos e serviços.

Grande parte das atividades da economia criativa vem da área de tecnologia, criatividade e cultura e envolve negócios de publicidade, arquitetura, artesanato, design, moda, audiovisual e arte. Outra parte significativa é do setor de tecnologia e inovação, como o desenvolvimento de softwares, jogos eletrônicos e aparelhos de celular.

No Brasil, a economia criativa é responsável por 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB). O Paraná ocupa a sexta posição entre os estados mais criativos, com participação de 1,6% do PIB Criativo Nacional, no ranking feito em 2014 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), único mapeamento sobre o setor disponível no País. No Paraná, trabalham na cadeia da indústria criativa 671 mil pessoas. Só em Curitiba, o segmento é responsável por 22 mil empregos formais.

De acordo com o economista Gabriel Pinto, coordenador do programa Indústria Criativa da Firjan, a economia criativa abre oportunidades e é uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento, principalmente em momentos de crise. Para ele, é fundamental o apoio do Estado, como é o do Governo do Paraná, no fomento de novos negócios colaborativos e criativos, já que esses modelos oxigenam a economia. "A economia brasileira está no hospital e eu posso dizer que a indústria criativa é o oxigênio que o paciente está tomando para respirar e ter novas ideias", afirma o economista.

MAIS APOIO - No Paraná, além da incubadora do Tecpar, o Governo do Estado apoia as empresas da economia criativa com leis de incentivo, projetos de capacitação, como o Paraná Criativo, e linhas de financiamento da Fomento Paraná.

O Paraná Criativo, programa da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná de promoção ao desenvolvimento sustentável a partir da Economia Criativa, faz parte da

Rede Brasil Criativo, coordenada pelo Ministério da Cultura. O programa leva oficinas, palestras e capacitações a todas as regiões do Estado. O objetivo é mostrar o que é economia criativa e como transformar ideias e conhecimento em negócio.

“Hoje, no mundo inteiro, a economia criativa é uma das formas de maior crescimento dos países e, no Paraná, com essa iniciativa, a gente vai conseguir chegar mais perto do empreendedor”, afirma o secretário de Estado da Cultura, João Luiz Fiani.

É o caso do trabalho feito pelo Instituto Cultural Ingá, em Maringá. O instituto ajuda quem está começando na atividade cultural a desenvolver projetos profissionais, buscar recursos e encontrar mercado.

O diretor executivo do instituto, Miguel Fernando, participou de oficinas e mesas redondas do programa Paraná Criativo e diz que o programa é fundamental para mostrar aos profissionais da área o potencial e avanços do mercado. “A gente tem que entender que existe a economia da cultura e o Governo do Estado é fundamental neste processo”.

Segundo Miguel Fernando, desde 2013 cerca de R\$ 7 milhões foram movimentados com produção de filmes, peças de teatro e outras atividades culturais na região de Maringá.

Em 2017, o Estado vai oferecer um coworking público - salas com equipamentos, computador, acesso à internet e espaço para reunião. “Nesse local, os criativos poderão começar e alavancar os negócios sem muitos custos”, explica Aline Nazato, coordenadora de empreendedorismo e inovação da Incubadora Paraná Criativo.

Fomento Paraná tem crédito para quem quer empreender

O programa Fomento Cultura, do Governo do Estado, oferece linhas de crédito da Fomento Paraná para empreendedores de micro e pequeno porte investirem na economia criativa. O projeto faz parte do Banco Empreendedor, criado pelo governador Beto Richa.

O acesso às linhas de crédito está condicionado às regras normais do Sistema Financeiro Nacional, com as respectivas exigências de cadastro, garantias e comprovação da capacidade de pagamento. Os recursos podem ser contratados por meio das linhas de microcrédito - em valores de até R\$ 10 mil para pessoa física e de até R\$ 20 mil para pessoa jurídica - e também pelas linhas destinadas a micro e pequenas empresas (com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões), que podem obter crédito de até R\$ 100 mil.

Mais informações sobre a Fomento Cultura no portal www.fomento.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3200-5900.

Tecpar tem incubadora para criativos

Empreendedores que queiram participar do programa de incubação do Tecpar podem fazer, ao longo do ano, a inscrição para concorrer a uma vaga em uma das duas unidades da Intec, em Curitiba e em Jacarezinho.

Há vagas para a modalidade residente, quando a empresa fica nas dependências da Intec, e para a incubação não residente, quando o empresário não se instala na incubadora, mas conta com o apoio dos especialistas do instituto.

Podem participar do processo de incubação pessoas físicas, como universitários, pesquisadores e empreendedores que tenham um negócio inovador, ou ainda pessoas jurídicas. Em 27 anos, a Intec já deu suporte tecnológico a mais de 90 companhias.

Concorrência vai definir se vai haver aumento de preço do GLP, diz Sindigás

03/11/2016 – Tribuna PR

Representante das distribuidoras de GLP, conhecido popularmente como botijão de gás, o Sindigás afirma que caberá à concorrência conter o preço do produto, depois que a Petrobras reviu os contratos de fornecimento e passou a cobrar das distribuidoras pelo uso da infraestrutura logística.

“É muito cedo para avaliar que esse movimento vai causar impacto nos preços ao consumidor. Mas o consumidor tem o poder de negociação. Se quiser, muda até de marca”, afirmou o presidente do sindicato, Sérgio Bandeira de Mello.

Com a revisão de contratos de fornecimento às distribuidoras, o preço do combustível ficou mais caro a partir desta terça-feira, 1. Para o consumidor final, nada mudou até agora.

Qualquer movimentação vai depender da decisão das distribuidoras e dos revendedores. Segundo a estatal, a variação média de preços foi de R\$ 0,50 por botijão de 13 quilos, modelo tradicionalmente usado nas residências.

Mas, segundo especialistas que prestam consultoria para distribuidoras, na região Nordeste do País, mais distante das refinarias da Petrobras e também mais dependente da infraestrutura de transporte, a variação de preço imposta pela estatal chegou a R\$ 1 por botijão. O aumento foi diferenciado para cada empresa, dependendo do uso dos tanques e dutos da Petrobras. Quanto maior a utilização, maior o preço.

Decreto lista projetos prioritários do PPI nos setores de energia e de mineração

03/11/2016 – Tribuna PR

O governo federal editou o Decreto 8.893/2016, que lista os empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que serão tratados como prioridade nacional nos setores de energia e de mineração. A relação está publicada no Diário Oficial da União (DOU) e abrange projetos já divulgados pelo Conselho do PPI em setembro.

Na área de energia, os empreendimentos são: 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de concessão; 4ª rodada de licitações de campos marginais de petróleo e gás natural (campos terrestres) sob o regime de concessão; 2ª segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis); Amazonas Distribuidora de Energia; Boa Vista Energia; Companhia de Eletricidade do Acre; Companhia Energética de Alagoas; Companhia de Energia do Piauí; Centrais Elétricas de Rondônia; Usina Hidrelétrica de Volta Grande; Usina Hidrelétrica de Miranda; Usina Hidrelétrica São Simão; Usina Hidrelétrica de Pery; e Usina Hidrelétrica de Agro Trafo.

No caso dos ativos de titularidade da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), os projetos prioritários são: fosfato de Miriri, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba; cobre, chumbo e zinco de Palmeirópolis, no Estado de Tocantins; carvão de Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul; e cobre de Bom Jardim de Goiás, no Estado de Goiás.

O decreto ainda designa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização das seis companhias concessionárias de distribuição de energia elétrica, todas do Grupo Eletrobras. A coordenação e o monitoramento do processo ficarão a cargo do Ministério de Minas e Energia.

Meirelles diz que reforma da Previdência será enviada ao Congresso este ano

03/11/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 1, que acredita que o governo deve enviar a reforma da Previdência ao Congresso ainda este ano, para ser votada em 2017. É improvável que a votação ocorra este ano, ele explicou, em razão de o calendário legislativo estar apertado.

Em relação à votação da PEC do Teto dos Gastos no Senado, o ministro disse que não espera resistência.

“A proposta foi aprovada na Câmara em dois turnos com grande maioria, então eu acredito que já existe na sociedade e no Senado um consenso sobre a necessidade de ajustar as contas públicas”, disse, após participar de evento na Fiesp.

Meirelles: reforma da Previdência prevê idade mínima e redução de disparidades

03/11/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira, 1, que a reforma da Previdência que vem sendo desenhada pelo governo prevê o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria e a redução da disparidade de regimes.

“A sistemática atual é insustentável e injusta ao conceder privilégios a pequenos grupos, sobrecarregando toda a sociedade”, afirmou o ministro, em evento na Fiesp, em São Paulo. Meirelles disse ainda que a reforma garantirá o direito do trabalhador de receber sua aposentadoria “na data certa”.

A reforma da Previdência foi colocada aos participantes do evento como uma medida necessária para o controle da trajetória da dívida pública. “A história mostrou, mais uma vez, que o Estado não pode resolver tudo”, disse. “Quando o Estado começa a crescer muito, ele começa a impedir o crescimento econômico, independentemente do nível de eficácia”, disse o ministro.

Outras medidas necessárias para realizar o ajuste fiscal, disse Meirelles, são a aprovação da PEC do Teto dos Gastos, a concessão de assistência social “para aqueles que realmente precisam” e a redução da rigidez do orçamento público, com a desvinculação e desindexação dos gastos. Ele ressaltou, inclusive, que a principal contribuição para o aumento da despesa pública vem da Previdência e da assistência social.

“O céu não é o limite”, disse o ministro. “Num certo momento as sociedades não conseguem mais pagar o crescimento da despesa pública”, acrescentou. “Existem casos de sociedades muito poderosas que fracassaram porque faliram, porque não conseguiram financiar despesa pública”, ressaltou.

BC: estratégia de comunicação objetiva aumentar entendimento sobre futuras ações

03/11/2016 – Tribuna PR

O Banco Central publicou nesta terça-feira, 1, em seu site, nota a respeito de procedimentos para sua comunicação. De acordo com a assessoria de imprensa da instituição, a nota surge em resposta a uma discussão levantada por economistas nas reuniões trimestrais com diretores do BC, ontem em São Paulo e hoje no Rio de Janeiro.

Na nota, o BC afirma que “sua estratégia de comunicação objetiva aumentar o entendimento sobre as futuras ações do BC e não necessariamente reagir a movimentos de alta frequência nos mercados de ativos”.

A instituição afirma ainda que sua comunicação “privilegia a mensagem como um todo e não a utilização de palavras-chave para transmitir suas avaliações ou sinalizar futuras ações”. De acordo com o Banco Central, os documentos oficiais devem ser analisados em seu conjunto.

O BC pontuou ainda que suas decisões são tomadas com base em “avaliações subjetivas”, “mas sempre calcadas em evidências sólidas sobre os fatores relevantes, obtidas a partir da análise dos dados”.

Conforme a nota do BC, a avaliação da instituição é de que “condicionar a evolução futura da política monetária a fatores relevantes para a inflação transmite de maneira adequada a racionalidade econômica que guia as suas decisões”.

“Essa forma de comunicar se baseia em dados, não em datas”, acrescentou a instituição. “Em outras palavras, as mensagens reagem à evolução dos dados apresentados, o que ajuda a entender as ações presentes e a projetar ações futuras da autoridade monetária”.

O BC esclareceu ainda que o objetivo dos documentos oficiais é informar sobre a conjuntura econômica, os cenários, as projeções, o balanço de risco para a inflação e as decisões de política monetária. “Os documentos têm explicitado inclusive o conjunto de fatores que permitiriam ao Copom ter maior confiança nas suas projeções e no alcance das metas para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária, aumentando a transparência”, registrou a instituição na nota.

O Banco Central afirmou que as mensagens sobre política monetária são veiculadas, primordialmente, por meio de dois documentos: a ata das reuniões do Copom e o Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

“De forma complementar, as mensagens do BC sobre política monetária são veiculadas nas manifestações oficiais dos membros do Copom, por exemplo, em discursos e entrevistas”, disse o BC. “No entanto, essas manifestações são alinhadas às mensagens veiculadas nos documentos oficiais do BC”, acrescentou.

A instituição afirmou ainda que informações ou opiniões “atribuídas a membros do Copom ou a ‘técnicos’ do BC não compõem a comunicação oficial do BC e não devem ser encaradas como manifestações desta Autarquia”.

A instituição defendeu que a comunicação contínua com a sociedade é “elemento essencial” para a gestão da política econômica e, em particular, do regime de metas de inflação. “Essa comunicação deve ser simples, direta e concisa, de modo a transmitir da melhor forma a visão da instituição e potencializar os efeitos da política monetária”, disse o BC.

Brasil precisa ‘arrumar casa’ para reencontrar caminho do crescimento, diz Fraga

03/11/2016 – Tribuna PR

O ex-presidente do Banco Central (BC) e atual sócio da Gávea Investimentos, Armínio Fraga, disse nesta terça-feira, 1º de novembro, que o Brasil precisa dar uma arrumada na casa para reencontrar o caminho do crescimento.

Esse arrumar de casa, de acordo com ele, passa pela arrumação da área micro da economia, corrigindo distorções do sistema tributário. Também, pela macroeconomia,

para aos poucos ter uma taxa de juros mais normal e, com isso, passar a não depender das taxas de juros subsidiadas do BNDES.

“Com a queda da taxa de juros aos poucos poderemos ir substituindo as taxas do BNDES por taxas de mercado a taxas mais baixas e trabalhar com spreads bancários mais baixos”, disse Fraga.

Ele disse que o spread bancário caiu de 52%, quando ele começou um trabalho no BC, para 30%, mas que continua ainda sendo uma taxa muito elevada. “O Brasil hoje precisa dar uma arrumada na casa para achar um caminho de crescimento. O mais natural seria começar pela infraestrutura porque é a área mais carente do Brasil”, disse, acrescentando que apesar de ser muito complicada, a infraestrutura está pronta para receber investimentos se considerar que a indústria não vai investir diante do elevado nível de ociosidade de suas plantas.

Disciplina fiscal

Do governo Fernando Henrique Cardozo ao governo de Dilma Rousseff o Brasil sofreu uma perda de disciplina fiscal da ordem de 6 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB), disse Fraga. O cálculo do economista considera o superávit primário da ordem de 3% em boa parte do governo de Fernando Henrique Cardozo e durante o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a situação atual de déficit.

“Essa perda pode ser decomposta por 3 pontos percentuais pelo aumento de gastos e metade por perda de receita. E a perda de receita, por sua vez, foi metade por desonerações e metade foi recessão”, disse Fraga.

“Na minha cabeça, três quartos foram gastos e um quarto foi recessão. Desse um quarto de recessão, 1,5 ponto do PIB, na medida em que a economia se recupere, nós vamos recuperar. O restante será pela redução dos gastos. Não é à toa que estão focando agora na contenção dos gastos por meio da PEC 241”, disse o ex-BC. De acordo com ele, a causa desse “catastrófico cenário fiscal” foi o crescimento na dívida que hoje se mostra o maior desafio para o Brasil.

Fraga lembra que a dívida pública hoje no Brasil está em mais de 70% do PIB, o déficit primário está em torno de 3% do produto e ainda por cima o País tem uma taxa de juro muito alta para qualquer padrão internacional. “Mesmo que as reformas sejam aprovadas (a PEC 241 e uma reforma da Previdência razoável) -e eu acredito que serão-, a relação dívida/PIB do Brasil vai a 90%. Então é um quadro delicado”, disse o ex-BC.

Juros

O ex-presidente do Banco Central defendeu durante palestra que para o Brasil arrumar a casa, reencontrar o caminho do crescimento, a taxa de juro terá de cair. “Não se sabe onde começou e, eu diria, o porquê dessa taxa de juro no Brasil ser tão alta. É verdade que nós temos problemas fiscais, tivemos problemas de balanço de pagamentos, etc, mas recentemente houve um desvio de rota, que eu acho que foi por um problema de risco, mas o nível é muito alto”, criticou.

“Eu tenho a esperança de que um país que arrume a casa, que fique com a situação fiscal em dia, que tem um sistema bancário saudável, que tenha uma taxa de poupança um pouco mais alta, deveria melhorar a taxa de juros”, disse Fraga. Ele lembra que o Brasil vinha numa tendência de redução de juros – fazendo a ressalva de que a queda de 2012 foi forçada – mas lamenta que o País tenha se desviado de uma rota de afrouxamento monetário que era global.

Fraga afirmou ainda que muito da elevada taxa de juros no País tem a ver com o que acontece com o câmbio. “Muitas vezes chegamos perto de reduzir o juro, mas não deu. No início do governo FHC, o câmbio estava fixo e defasado, porque foi o único

jeito de acabar com a hiperinflação. Eu achava que o juro fosse cair muito naquele período. Caiu de 20% para 10% e começou a cair, cair, cair, mas veio crise, crise e crise e aí o câmbio acompanhou”, disse.

Volvo lança sexta geração de câmbio automatizado i-Shift no Brasil

03/11/2016 – Automotive Business



A **Volvo** lança a sexta geração do câmbio automatizado i-Shift para caminhões no Brasil. O novo modelo já está sendo fabricado na unidade de Curitiba (PR) há pelo menos duas semanas e será utilizado primeiramente nos modelos pesados FH e FM.

Esta é a mesma transmissão lançada na Europa também este ano e traz como principal novidade o aprimoramento de seu sistema inteligente, agora com maior capacidade de conexão entre a caixa e os demais módulos eletrônicos do caminhão, o que aumentou a integração de todo o sistema de força do veículo, oferecendo trocas de marchas mais rápidas, melhor desempenho do acelerador e maior resposta em acives, ações que potencializam a eficiência com redução de consumo de combustível, de até 3% com relação à sua versão anterior.

“O lançamento do novo i-Shift no Brasil e também para os demais mercados sul-americanos representa o desafio da Volvo de sempre buscar a inovação e a evolução dos mercados onde atua”, declara o presidente do Grupo Volvo na América Latina, Wilson Lirmann.

“Apresentar novas tecnologias ao País sempre gerou questionamentos sobre a necessidade destas inovações por aqui e se o mercado está disposto a pagar por isso. Foi assim quando lançamos a primeira geração do i-Shift em 2003; havia a incerteza se o mercado brasileiro iria assimilar esta tecnologia. E hoje, os resultados provam que esta foi uma decisão mais do que acertada: 100% dos caminhões FH saem de fábrica com o i-Shift e considerando as linhas FM e FMX, são 99%. Na linha VM, que oferece este câmbio há dois anos, o índice já chega a 84%”, comemora o executivo.

Ele acrescenta: “A inovação está no simples: conseguimos entregar mais desempenho, mais eficiência de consumo. Não queremos trabalhar com o produto mais barato, mas com o que entrega a melhor produtividade”.

O gerente de engenharia de vendas da Volvo, Álvaro Menoncin, lembra da evolução das transmissões da companhia: na década de 1980, a duração de uma caixa mecânica (manual) variava de 250 mil a 350 mil quilômetros, subindo para até 450 mil na década seguinte.

No início dos anos 2000, a montadora iniciou seu processo de migração e saída da transmissão mecânica para a automatizada – ou eletrônica, como a empresa define. Foi quando chegou a primeira versão do i-Shift, já concebida como uma nova caixa eletrônica, começando na faixa de 550 mil a 650 mil quilômetros de vida útil.

“A qualidade de materiais aliada a eficiência do sistema inteligente eleva ainda mais a vida útil da nova geração do i-Shift para mais de 1 milhão de quilômetros, trazendo mais disponibilidade do veículo para o cliente”, afirma Menoncin. “O câmbio conversa melhor com ele mesmo, com a eletrônica do caminhão e responde muito mais rápido ao motorista. Além disso, associado ao sistema i-See e aos sensores posicionados na

caixa, esta nova geração entende perfeitamente o peso da carga transportada, bem como a topografia a sua frente, melhorando as trocas de marchas, oferecendo baixo consumo com maior velocidade média”.

No Brasil, quando foi lançada, o câmbio automatizado da Volvo era indicado para carga de até 45 toneladas, capacidade que foi superada para volumes acima deste limite com a segunda geração do i-Shift, que chegou por aqui em 2006, suportando até bitrens, uma necessidade cada vez mais crescente no País desde então. Com esta nova geração, o i-Shift proporciona desempenho melhorado em caminhões com motores de 540 cv.

OPCIONAIS

Disponível com 12 marchas mais quatro a ré, a sexta geração do i-Shift traz ainda novidades com mais duas opções alternativas para as linhas FH, FMX e FM com peso bruto total de até 300 toneladas: a primeira com 13 marchas e uma opção de super reduzida, que privilegia o arranque em condições mais adversas, seja em topografias mais acidentadas ou de regiões de serras, ajudando a manter a velocidade média no retorno com carga vazia, utilizando a última marcha denominada Overdrive.

A segunda opção é a caixa automatizada de 14 velocidades com super reduzida, indicada para operações de transporte de cargas indivisíveis, possibilitando ao caminhão rodar a velocidades muito baixas, de 0,5 a 2 km/h.

“É muito útil em manobras de precisão, como em canteiros de obra, transporte de cargas muito grandes ou simplesmente em transporte de cargas que precisam rodar muito lentamente”, explica o também engenheiro de vendas da Volvo, Deonir Gasperin.

Nesta versão, é possível ainda especificar a caixa com duas marchas a ré adicionais mais curtas a fim de facilitar manobras de precisão para trás.

Volvo está cautelosamente otimista para 2017

03/11/2016 – Automotive Business



Pela primeira o Grupo **Volvo** tem um presidente brasileiro para a região da América Latina e a escolha por Wilson Lirmann não é por acaso: na companhia desde 1992, com ampla vivência tanto aqui quanto no exterior, nada melhor do que alguém que entende bem a montanha russa que é o mercado brasileiro.

Antes de se tornar presidente da companhia, há exatos quatro meses, liderava um dos grupos de concessionárias da marca. O fato é que ele assumiu o cargo no pior momento da história para o segmento de caminhões.

“A gente não escolhe o momento: a missão é essa, o nosso negócio é cíclico e às vezes há quebras de mercado como esta que estamos vivendo. Toda a cadeia – clientes, concessionários, fornecedores e fabricante – tem colocado enorme pressão por eficiência, racionalidade; tomamos todas as ações que precisamos tomar, com pé no chão, aproveitando o que nós temos”, avalia o executivo.

“Olhando para o ano que vem, eu diria que estamos cautelosamente otimistas. Acreditamos que começa uma retomada, mas talvez entre as projeções, estamos na ponta mais otimista”, revela Lirmann.

Em sua análise, aponta que o mercado do segmento em que a Volvo atua, com caminhões acima de 16 toneladas de PBT, sinaliza para vendas de apenas 30 mil unidades no total. “No ano que vem, acreditamos em uma alta anual de 15% a 20%, dependendo de alguns fatores.

Um deles é a retomada cíclica, quase que inercial: tivemos grande contração com uma combinação de fatores, como a inflação, maior taxa de juros, a confiança do consumidor e do empresário, que estão ficaram mais pessimistas, isso tudo por si só tem impulso importante na economia”, pondera.

Por outro lado, a empresa aposta em fatores realmente mais concretos que podem movimentar um pouco mais o ritmo dos negócios e cita o agronegócio como exemplo, que, apesar da quebra de 10% da safra neste ano, há expectativa de crescimento de 14%, retomando o patamar de recorde, o que pode incluir ainda melhores preços das commodities.

Outros setores estão apresentando um “grande alívio”, como Lirmann mesmo sugeriu, caso da indústria sucroalcooleira, que vem sofrendo com uma crise mais longa e anterior a esta e que mantém uma expectativa de investimento já para o primeiro trimestre do ano que vem, bem como em segmentos de papel e celulose.

“Há então um conjunto de fatores que podem contribuir. A questão maior para 2017 é a velocidade com que isso vai acontecer: talvez um pouco mais cautelosa no primeiro semestre com um ritmo se movendo com uma velocidade maior na segunda metade do ano”, arrisca.

Sobre o tempo que pode demorar para o mercado e a indústria de caminhões voltarem ao nível recorde de 2013, Lirmann aponta que há fatores reais para sustentar essa meta, como o potencial do próprio mercado de um País com dimensões continentais, mas a velocidade da retomada da demanda está ligada ao ritmo do desenvolvimento econômico daqui por diante.

“Isso vai depender de questões estruturais que faltaram no ciclo anterior de crescimento, como por exemplo investimentos em infraestrutura, e de como elas vão refletir na economia, que é o fator incógnita, mas acredito que vai ser uma retomada lenta, vai demorar para chegarmos no patamar de 2013”, afirma.

Apesar disso, o presidente do Grupo Volvo reforça que a empresa mantém seus planos no País. De fato, não há previsão de grandes investimentos no curto prazo, uma vez que a companhia completou seu último grande ciclo em 2014, com a introdução do novo FH.

“Não temos a pressão que talvez outras marcas tenham em trazer seus modelos mais tecnológicos como nós fizemos, mas não paramos: este ano introduzimos o VM com capacidade para 32 toneladas [de PBT], estamos lançando a nova geração do i-Shift e a evolução do Dynafleet [sistema de gestão de frota]. Sempre há novidades a trazer e vamos trazê-las na hora certa.”

MUITO TRABALHO À VISTA

Embora a Volvo tenha sido uma das empresas de caminhões que mais sofreu com a queda do mercado, cujo segmento em que atua caiu mais de 70% com relação ao ano passado, a empresa aposta na qualidade do seu produto para atravessar a passos lentos este tempo muito menos vigoroso do que o que se viu há três anos. Em linhas gerais, Lirmann defende que a empresa tem procurado estar mais próxima do cliente,

com um pouco mais de foco no desenvolvimento de serviços e não só de veículos.

“Sabemos da contração, os volumes caíram, mas a frota que está aí continua operando, eles continuam tendo a necessidade de racionalizar, ter eficiência em cada detalhe e toda a nossa força de suporte está atenta, com as concessionárias e com as nossas ofertas de serviços. Temos uma grande responsabilidade e este é um ponto muito importante e muito caro para mim: responsabilidade com o cliente e com a sociedade, em que procuramos desenvolver soluções mais seguras, ambientalmente mais equilibradas e com alta produtividade. Somos parte da solução que a sociedade precisa”.

“Há também uma responsabilidade muito grande com nossos funcionários, de continuar gerando oportunidades de carreira em um momento como este. E equilibrar tudo isso em um momento de grande desafio sem dúvida exige redobrada energia, redobrada paixão, eu diria. Não é por causa das dificuldades que devemos esmorecer, pelo contrário, vamos dobrar nossos esforços”, finaliza.

Venda de motos recua mais de 12 anos

03/11/2016 – Automotive Business



A venda de motos voltou a cair e outubro roubou de setembro o título de pior mês do ano para o setor de duas rodas. Foram apenas 64,7 mil unidades licenciadas, 7% abaixo do mês anterior.

O acumulado do ano registra 840,9 mil motos, 18,9% a menos que no mesmo período do ano passado. O setor não via um mês tão fraco desde fevereiro de 2004, quando foram licenciadas 59,9 mil motocicletas. Os números foram divulgados pela Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

Outubro também foi o pior mês de 2016 em média diária de emplacamento de motos, com 3,2 mil unidades. É importante lembrar que os 840,9 mil licenciamentos divulgados pela Fenabreve incluem cerca de 90 mil ciclomotores usados, mas licenciados como novos por causa de uma mudança no código de trânsito.

Se eles forem descontados, restarão cerca de 750 mil motos zero-quilômetro “de verdade” lacradas até outubro, atestando que o Brasil fechará o ano abaixo de 1 milhão de unidades.

No acumulado de 2016 a Honda registrou 602,5 mil motos licenciadas, queda de 27,9% ante os mesmos dez meses de 2015. Com 89,8 mil unidades, a vice-líder Yamaha anotou recuo de 24,3%.

E a Suzuki, com 10,3 mil unidades, teve retração de 36% ante igual período de 2015. Em seu melhor ano, 2008, a Suzuki registrou média mensal de 11,8 mil motos, 14,6% a mais do que ela licenciou nestes dez meses.

A Harley-Davidson também registra queda acentuada em 2016. Com 3,8 mil unidades licenciadas, a marca recuou 32,6% em relação a igual período do ano passado.

Schaeffler e Bosch apostam na embreagem eletrônica

03/11/2016 – Automotive Business



Como opção mais barata do que as transmissões automáticas ou automatizadas, dois fornecedores apostam na reintrodução no País da embreagem eletrônica, a E-Clutch, que automatiza o acoplamento e desacoplamento do motor, sem que o motorista precise acionar o pedal da embreagem enquanto faz as trocas de marchas manualmente.

Schaeffler e Bosch estão desenvolvendo a solução quase que simultaneamente, e ambas mostraram sua E-Clutch na mostra tecnológica do último Congresso SAE Brasil, realizado no fim de outubro.

Há um ano a Bosch fez uma demonstração para jornalistas de sua embreagem eletrônica instalada em um carro de testes e nesta edição do Congresso SAE trouxe outro veículo equipado com o sistema para apresentar aos visitantes do evento.

Já a Schaeffler mostrou em seu estande o protótipo de sua E-Clutch-MT Plus semiautomática com atuador eletro-hidráulico, que mantém o pedal e o motorista escolhe se quer ou não usá-lo para trocar as marchas. Ambos os fornecedores dizem que, por enquanto, nenhuma fabricante decidiu lançar carros com a embreagem eletrônica, mas existem conversas.

“As montadoras estão curiosas com a tecnologia, que é mais barata do que um câmbio automatizado e oferece conforto parecido no anda-e-para do trânsito, mas também porque pode trazer economia de combustível, algo cada vez mais exigido”, diz Claudio Castro, diretor da divisão de negócios de transmissão da Schaeffler Brasil.

A redução de consumo ocorre se a E-Clutch for programada para abrir automaticamente quando o carro está em movimento inercial, sem que o motorista pise no acelerador, para dessa forma deixar o motor funcionando em baixa rotação – a embreagem fecha novamente com qualquer toque no freio ou acelerador.

A versão eletroeletrônica do equipamento também pode ser combinada com Start-Stop, que desliga o motor quando o veículo está parado e religa quando volta a acelerar, aumentando a economia.

No fim dos anos 1990, a Schaeffler já equipou carros fabricados no Brasil que usaram sistema parecido, caso do Mercedes-Benz Classe A AKS e do Fiat Palio Citymatic, nos quais o motorista também trocava as marchas sem precisar pisar no pedal de embreagem. Na época, os clientes brasileiros não viram muita vantagem em pagar mais por isso e esses modelos tiveram vida curta.

Castro avalia que desta vez pode ser diferente, pois existem mais pessoas que gostariam de ter o conforto de não precisar acionar o pedal da embreagem no trânsito pesado das grandes cidades brasileiras, mas não podem pagar tanto por modelos equipados com transmissões automáticas.

“Outro fator é que os brasileiros também não gostaram muito dos câmbios automatizados, que têm certo atraso nas trocas de marchas, o que não acontece com a E-Clutch, que é até mais barata”, pondera o executivo.

Castro avalia que a Schaeffler tem boas chances de superar os concorrentes caso a E-Clutch passe a ser adotada por algum fabricante no País. “Temos larga experiência com transmissões e embreagens, que já são parte de nosso portfólio, por isso podemos oferecer soluções integradas e melhor ajustadas”, diz.

A embreagem eletrônica apresentada pela Schaeffler na Europa em 2015 é modularizada, com vários graus de automação, pode ser adaptada para funcionar de várias formas, por meio de atuador eletro-hidráulico ou completamente eletroeletrônico, com ou sem pedal.

Seja com Bosch ou Schaeffler, apesar dos argumentos a favor, a aposta na E-Clutch ainda é incerta no Brasil, pois representa um meio termo tecnológico antes da transmissão automática que talvez o cliente nem queira experimentar. Poucas montadoras nesse momento de baixa severa do mercado se arriscariam a gastar recursos para desenvolver soluções que podem não vingar.

O tempo necessário para ajustar a embreagem eletrônica a um carro é de cerca de dois anos, segundo os dois fabricantes. Portanto, se é verdade que nenhuma montadora decidiu usar a E-Clutch até o momento, será difícil ver a tecnologia adotada em algum modelo nacional antes de 2018.

CPqD inaugura laboratório com o foco em inovação em IoT e cidades inteligentes

03/11/2016 – CIMM

Com o objetivo de promover a inovação aberta, estimulando o desenvolvimento de soluções para cidades inteligentes baseadas no conceito de Internet das Coisas (IoT), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) inaugurou as instalações do Hiperespaço. O laboratório é voltado à comunidade empreendedora – startups e empresas criativas -, que agora passa a dispor de um espaço apropriado ao trabalho colaborativo e ao desenvolvimento de ideias inovadoras.

Instalado no Pólis de Tecnologia, em Campinas, o novo espaço ocupa uma área de 80 metros quadrados e poderá ser compartilhado por empreendedores e por colaboradores do próprio CPqD, de outras empresas instaladas em seu Parque Tecnológico e na região.

“É um ambiente descontraído que funcionará integrado ao ecossistema de inovação de Campinas, formado por renomadas universidades e instituições de ciência e tecnologia, além de empresas, aceleradoras, incubadoras, etc.”, explica o coordenador das ações em IoT do CPqD, Flávio de Andrade Silva.

A base do Hiperespaço é o Makerspace, conceito destinado à validação e concretização de ideias criativas a partir da realização de provas de conceito, que facilitam e agilizam a transformação em produtos prontos para o mercado.

Além de oferecer o Hiperespaço, o CPqD coloca à disposição dos empreendedores um amplo leque de competências bem como recursos de infraestrutura laboratorial, mentoria tecnológica, rede de parcerias e experiência em desenvolver projetos com financiamento de diferentes fundos de fomento disponíveis no país.

Os interessados em participar devem encaminhar suas ideias por meio do site do Hiperespaço, explicando os desafios para tirá-las do papel, ou evoluir um protótipo de produto já existente. Após a análise da proposta, o empreendedor será convidado a

visitar o novo espaço e a participar de uma reunião na qual poderá detalhar sua ideia, dificuldades e os recursos necessários para transformá-la em realidade.

Embraer tem prejuízo no 3o tri afetada por custo com demissões e acordo com autoridades

03/11/2016 – CIMM

A Embraer, terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo, divulgou nesta segunda-feira prejuízo líquido de 34 milhões de dólares, impactada por custo de demissões, baixas contábeis e acordos para encerrar acusações de corrupção.

Excluindo as despesas não recorrentes, a Embraer teve lucro líquido ajustado de 79 milhões de dólares de julho a setembro, alta ligeira sobre o mesmo período do ano passado.

A receita líquida subiu 18 por cento na comparação com o mesmo período de 2015, para 1,5 bilhão de dólares, puxada por forte entrega de jatos comerciais. A margem bruta da companhia subiu para 18,8 por cento ante 17,5 por cento um ano antes.

A empresa cortou quase 8 por cento de sua força de trabalho para reduzir 200 milhões de dólares em despesas operacionais. A companhia também afirmou que baixas contábeis relativas ao valor de aviões usados de seu portfólio formaram a maior parte do aumento de 47 milhões de dólares nas despesas operacionais.

A Embraer também registrou encargos adicionais no trimestre para cobrir acordos de 206 milhões de dólares anunciados na semana passada com autoridades de Brasil e Estados Unidos para encerrar uma investigação de corrupção em que a empresa era acusada de suborno na venda de aviões a governos.

Ford propõe meta de usar somente água reciclada na produção de veículos

03/11/2016 – CIMM

A Ford está trabalhando para usar somente água reciclada na produção de seus veículos. A empresa anunciou que nos próximos quatro anos deve alcançar a meta de reduzir o consumo de água potável em 72% e, a partir de 2020, zerar completamente o uso nas suas fábricas no mundo. A empresa já obteve resultados expressivos de redução do consumo de água, com uma economia de 61% de 2000 a 2015.

"Muitas de nossas fábricas estão localizadas em regiões do mundo com escassez de água e estamos conscientes do seu uso responsável", diz Bruce Hettle, vice-presidente de Manufatura Global e Relações Trabalhistas. "Nosso objetivo é garantir um fornecimento estável de água para nossas instalações e para as comunidades locais, trabalhando em conjunto com elas."

A próxima meta equivalerá a uma redução de quase três quartos no volume de água consumido desde a virada do milênio. De toda a água do planeta, menos de 1% está disponível para consumo humano, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA). Os restantes 99% são água salgada dos oceanos, água congelada nos polos ou em locais inacessíveis para uso.

A Ford economizou mais de 38 bilhões de litros de água de 2000 a 2015, o suficiente para encher mais de 15.000 piscinas olímpicas. E conquistou essa meta em 2013, dois anos antes do programado.

Essa redução foi obtida com a ajuda de novas tecnologias em áreas como usinagem e pintura e também de gerenciamento, com a medição de consumo em tempo real. A

empresa também faz avaliações contínuas para buscar novas oportunidades de economia.

Pioneirismo

A Ford iniciou o seu plano global de redução de consumo em 2000, com o lançamento da Iniciativa Global de Gerenciamento de Água. A estratégia da empresa está alinhada com os princípios do CEO Water Mandate, iniciativa público-privada lançada em 2007 pela Secretaria Geral das Nações Unidas.

"A Ford reconhece o direito humano à água", diz Kim Pittel, vice-presidente de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Engenharia de Segurança da Ford. "A meta de zerar o uso de água potável nos processos industriais e a adesão ao programa da ONU mostram esse compromisso. Além de reduzir o uso de água nas nossas instalações, estamos compartilhando essas práticas com os fornecedores e multiplicando o seu impacto."

Linha de garras colaborativas da Schunk é finalmente lançada no Brasil

03/11/2016 – CIMM

Com a nova linha de garras chamada de Co-act (atuação colaborativa), a Schunk Intec-Br., subsidiária brasileira da empresa familiar alemã Schunk GmbH & Co. KG, líder competente em tecnologia de fixação e sistemas de garras, apresenta toda sua *expertise* em tecnologia de garras para uma futura colaboração humano-robô.

A nova linha de garras Schunk HRC (colaborativa) está dividida em quatro diferentes modelos, JL1, EGP, EGN e HSG, que foram apresentadas pela primeira vez na feira Automarica 2016, na Alemanha. Já no Brasil foram apresentadas pela SCHUNK nos dias 25 e 26 de outubro em um evento organizado pela KUKA Roboter, em São Paulo.

"A partir deste lançamento a Schunk revoluciona essa nova *mega* tendência mundial em tarefas de colaboração entre humano e robô, e se destaca como player no seguimento. É uma satisfação para nós da SCHUNK trazer algo tão revolucionário para o Brasil, pois assim cumprimos o nosso papel de trazer *mega* tendências e novidades tecnológicas mundiais para o nosso País." afirma Julio Del Valle, engenheiro de aplicações especialista em robótica da SCHUNK Intec BR.

Conformidade para trabalho em equipe, segundo as normas de segurança internacional

Toda a linha de garras da Schunk já está em conformidade com a norma de segurança ISO 12100. Alguns modelos específicos, em conformidade com a ISO 13849. Com pioneirismo, a Schunk é a primeira a trazer para o mercado uma linha de garras em conformidade com as normas de segurança 10218-1/-2 e ISO/TS15066, normas estas que ditam as tratativas de segurança para trabalho colaborativo humano-robô.

São três os pilares para a linha Schunk Co-act para robôs HRC (colaborativos): a garra nunca causa ferimentos durante a operação, nunca solta a peça e sempre detecta o contato humano.

A sistemática de segurança é baseada na limitação da força de agarre em situações de risco, com um design HRC (tarefas humano-robô colaborativos) que elimina o risco de lesões em caso de contato humano, equipada com controlador de segurança, software HRC e sistemas de sensores, os quais possibilitam a identificação se o agarre é efetivamente feito na peça, de maneira confiável e ininterrupta.

Com as diferentes versões disponíveis na linha Co-act, a Schunk traz ao mercado um pacote de soluções abrangente para diversos tipos de aplicação e para todos os modelos de robô colaborativos disponíveis no mercado.

AL deve completar três anos de retração na indústria

03/11/2016 – Tribuna PR

A América Latina caminha para fechar seu terceiro ano com uma contração de sua produção industrial. Dados coletados por um dos principais institutos econômicos da Europa apontam que no primeiro semestre de 2016 a queda no setor manufatureiro latino-americano foi a maior do mundo, tendência mantida em agosto.

Os dados são do Escritório Holandês para a Análise de Política Econômica, centro que se tornou referência em estatísticas pelo mundo. Em sua mais recente avaliação, os especialistas apontam para uma retração de 1,7% na produção industrial da região em agosto ante expansão média no mundo de 0,4%.

Em julho, nas economias latino-americanas, a queda já havia sido de 0,8%. Brasil, Colômbia, México e Argentina representam 80% da produção industrial da região.

O que mais chama a atenção dos autores do informe é o fato de que a América Latina já acumula três trimestres consecutivos de queda e provavelmente repetirá o desempenho no terceiro trimestre. No fim de 2015, a retração foi de 1,3% ante 1,2% no começo do ano e 0,7% entre abril e junho.

No mesmo período, a média mundial apontou para uma taxa de expansão modesta. Mas, segundo o instituto, ela tende a um crescimento. No fim de 2015, o aumento havia sido de 0,2% ante o mesmo 0,2% no início de 2016. Para o segundo trimestre, a produção industrial no mundo cresceu 0,5%.

Para a América Latina, a última vez em que a indústria registrou crescimento foi em 2013, com expansão de 0,8%. Depois, a queda foi de 0,7% em 2014 e 2,4% em 2015. Segundo os números, 2016 não deve escapar de mais uma contração.

Parte das dificuldades econômicas na região pode estar associada ao comércio mundial.

No primeiro trimestre, em termos de volume, os dados apontam para uma contração de 0,2% nas exportações e importações ante queda ainda maior no segundo trimestre, de 0,8%. Agosto teria registrado alta de 1,5%, o que ainda não daria confiança aos especialistas para anunciar a retomada do fluxo.

Em plena crise, país vive explosão em lançamento de carro

03/11/2016 – Folha de S. Paulo



Enquanto a Fiat apresenta nova versão da picape Toro, a BMW inicia a montagem local do utilitário de luxo X4.

Ao mesmo tempo, a Ford dá início às vendas do Fusion Hybrid 2017, a Chevrolet apresenta a sexta geração do Camaro e a Jeep enche sua rede com o Compass. Todos

lançados em um intervalo de 20 dias, dentro de um mercado que acumula queda de vendas superior a 20% no ano.

De janeiro a outubro, a indústria automobilística apresentou cerca de 90 veículos entre renovações, mudanças de geração e início de produção nacional. Há mais por vir: na próxima semana, veículos que chegam às lojas ainda neste ano serão exibidos no Salão Internacional do Automóvel de São Paulo.

A explosão de lançamentos se deve à recente onda de localização de produtos, estimuladas por restrições aos importados que levaram ao programa de incentivo Inovar-Auto.

A Anfavea (associação nacional das montadoras) calcula que os investimentos entre 2012 e 2018 chegarão a R\$ 85 bilhões para atender às regras atuais.

O que não se esperava era a queda abrupta das vendas no meio do caminho.

"Às vezes é complicado explicar na Europa o que se passa no Brasil, quase ninguém entende a volatilidade e as regras específicas", diz Carlos Gomes, presidente do grupo PSA Peugeot Citroën na América Latina.

Contudo, o executivo mantém a crença de que o mercado irá se recuperar: "Fizemos ajustes e estamos satisfeitos com nossas operações brasileiras e na América Latina".

DE NOVO

O que acontece agora é semelhante ao movimento ocorrido na segunda metade dos anos 1990: um grande número de montadoras construiu fábricas ao mesmo tempo (Honda, Renault, PSA Peugeot Citroën e Mercedes entre as principais), com benefícios em forma de isenções de impostos, acesso à crédito e recebimento de terrenos.

Contudo, os primeiros anos de produção coincidiram com as crises da Ásia e da Rússia. Os juros dispararam no Brasil e travaram o setor automotivo.

Hoje, o problema é maior. Com mais marcas produzindo no país e forte retração nas vendas, há ociosidade nas linhas de montagem. Os sinais de recuperação são mais políticos que econômicos, pois o segundo semestre já está no fim e a esperada recuperação nas vendas não veio.

"Eu tive a sorte de estar envolvido na crise de 2008 nos EUA. Se você perguntasse na época se haveria recuperação, não encontraríamos muitos otimistas. Sete anos depois, aquele mercado está totalmente recuperado. Temos que ter paciência aqui no Brasil, acompanhar o desenvolvimento do país", disse à Folha Sergio Marchionne, presidente mundial do grupo FCA Fiat Chrysler.

Para Marchionne, um dos caminhos da recuperação passa pelo aumento da exportação, com menos medidas protecionistas: "Nos EUA, as vendas subiram, mas a capacidade de produção encolheu. É uma oportunidade. O país precisa se abrir para o mundo ou vai pagar um preço alto".

Simples: veja o que muda nas regras para empresa tentar pagar menos imposto

03/11/2016 – UOL Economia

O governo aprovou mudanças nas regras para empreendedores e pequenas empresas poderem participar do Simples Nacional (ou Supersimples). Esse é um regime tributário que unifica vários impostos em um único boleto para facilitar o funcionamento de pequenos negócios e que reduz o valor pago em impostos para a maioria das empresas.

São três as principais mudanças. Confira abaixo.

Nem todas as empresas podem participar do Simples, pois a ideia é justamente privilegiar os pequenos negócios. Por isso, há um limite máximo de faturamento para poder participar. Esse limite deve subir, ou seja, mais empresas poderão se beneficiar. O limite máximo de faturamento anual passa:

- de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil, no caso do MEI (Microempreendedor Individual);
- de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil, para microempresas;
- de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões, para as pequenas empresas.

É a primeira vez em 10 anos que o valor é reajustado, segundo Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, conselheiro do CRC-SP (Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo).

"A categoria esperava que o teto [limite máximo] chegasse a R\$ 7,2 milhões, mas não foi o que conseguimos. De qualquer forma, o aumento é bastante positivo porque dá um fôlego para as micro e pequenas empresas que vinham enfrentando uma carga tributária muito elevada sem a atualização dos valores."

Tem um porém: essa mudança só começa a valer em janeiro de 2018.

Segundo o advogado tributarista Jorge Zaninetti, não há uma justificativa jurídica para essa demora. "A Receita deve ter feito um estudo e optou por transferir esta mudança somente para 2018", diz.

Na contramão das grandes, pequenas empresas voltam a abrir vagas

03/11/2016 – Folha de S. Paulo



Há um ano e meio, o Brasil mais fecha do que abre vagas com carteira assinada. Essa trajetória, porém, dá sinais de reversão entre as micro e pequenas empresas.

Em agosto e setembro, os negócios de menor porte (com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões) registraram saldo positivo de 6.645 novos postos, de acordo com análise do Sebrae de dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

Já as médias e grandes companhias encerraram mais de 75 mil empregos.

O número é tímido diante do encolhimento total do trabalho formal (de janeiro a setembro, foram fechadas, no total, 683,6 mil vagas no país), mas pode sinalizar os primeiros sinais de otimismo do empresariado com os rumos da economia.

Os pequenos negócios concentram a maior parte dos trabalhadores no Brasil. Em 2015 (dado mais recente disponível), 54% dos empregados com carteira trabalhavam em empresas desse porte.

DEPOIS DO CARNAVAL

A Embalagens Carrão, distribuidora do produto com 15 anos de mercado em São Paulo, reduziu o quadro de sete pessoas para apenas o sócio Antônio de Oliveira e sua mulher, Cláudia de Souza.

A empresa já não caminhava bem desde 2011, mas a crise potencializou esse enxugamento, diz o proprietário.

Recentemente, porém, Oliveira percebeu um aumento da demanda, fruto principalmente da entrada de novos clientes. Com a melhora recente e boas expectativas para os próximos meses, ele contratou uma nova funcionária e, caso o cenário positivo se confirme, ele deve abrir mais uma vaga depois do Carnaval.

"Alguns sinais da economia já começam a se refletir na atividade da pequena empresa, principalmente no campo de serviços e comércio, até porque o final de ano está se aproximando e o pessoal está se preparando", diz Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae.

O índice de confiança do pequeno e médio empresário para o quarto trimestre subiu 8% em relação ao trimestre anterior e 18,3% na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com o Insper. O indicador é elaborado em parceria com o banco Santander.

SAZONALIDADE

Economistas recomendam cautela na análise desses dados. "A alta temporada do final de ano é provavelmente o grande motor desse movimento. Obviamente isso acontece dentro de um quadro de melhora gradual da economia, mas as duas coisas precisam ser vistas juntas", diz Bruno Ottoni, da Fundação Getulio Vargas.

Ele também afirma que a queda recente na taxa de juros (no mês passado, o Banco Central reduziu a taxa básica pela primeira vez em quatro anos, para 14% anuais) e a sinalização de novas reduções nos próximos meses podem ter reanimado o pequeno empresário.

Já Hélio Zylberstajn, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), acredita que o saldo positivo registrado ainda é muito pequeno para permitir a retirada de alguma conclusão.

"A queda de empregos em setembro na economia como um todo foi menor que no ano passado. Isso é um sinal bom, mas mil novos empregos ainda é muito pouco", afirma.

Crédito caro e sinais de retomada fazem empresas buscarem a Bolsa

03/11/2016 – Folha de S. Paulo



Com crédito caro na praça e a melhora nas expectativas em relação à economia, as empresas brasileiras aceleram planos de lançar ações.

Executivos de banco e advogados ouvidos pela **Folha** esperam que os próximos meses sejam de atividade intensa na Bovespa, com dez a 20 novas ofertas anunciadas.

Empresas diversas como a de saneamento Sanepar, a incorporadora Tenda e a varejista Carrefour têm intenção de abrir capital. Como elas, outras dezenas analisam a saída. A produtora de alimentos JBS, por exemplo, não descarta emitir ações da Seara.

"Há uma retomada clara das intenções. É uma janela que se abriu", diz André Rosenblit, diretor de mercado de capitais do Santander.

O banco estima que, em 12 meses, as ofertas de ações somarão ao menos R\$ 20 bilhões –valor próximo ao de 2013, quando houve 18 operações (ver quadro nesta página).

Até pouco tempo, tal movimentação era impensável. Com os sinais de recessão, a Bovespa tornou-se um marasmo. Em 2014, só duas companhias se aventuraram a lançar ações. Em 2015, seis.

Os números deste ano ainda são tímidos –oito até agora–, mas o movimento nos escritórios de advocacia e nos bancos indicam que o cenário deve mudar em breve.

"É um novo momento. Ninguém quer correr o risco de não pensar nisso e ficar de fora", diz o presidente de uma grande empresa que recentemente anunciou planos de lançar ações na Bolsa. O executivo, que falou sob reserva devido às exigências da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), diz que o sentimento é compartilhado com empresários próximos e banqueiros.

DEMANDA

O entusiasmo advém da combinação entre excesso de dinheiro no exterior e a expectativa positiva em relação ao governo Michel Temer.

Após a crise financeira mundial, os programas de resgate da economia colocados em prática por europeus, americanos e japoneses irrigaram o mundo de dinheiro –e investidores ainda buscam formas de fazê-lo render.

Os sinais de que o governo busca o equilíbrio fiscal, refletidos na aprovação da PEC do Teto, por exemplo, devem ajudar a chamar este dinheiro para cá. O chamado risco-país (medido pelo CDS, espécie de seguro contra calote) vem caindo. Hoje está em 288 pontos. Há um ano, em 533.

Há ainda a indicação de que a Selic, a taxa básica de juros, deve seguir em queda. A redução dos juros tende a motivar os investidores a buscar aplicações de maior risco, como as ações, aumentando a demanda por papéis de empresas. Cada um ponto porcentual de queda na taxa de juros corresponde a alta de cerca de 10% no índice Ibovespa, diz Rosenblit.

O relatório Focus, que reúne estimativas de analistas, projeta juros de 10,75% em 2017, ante os atuais 14%.

MAIS BARATO

Para as empresas, a Bovespa surge como uma forma de escapar do alto custos dos empréstimos bancários, seja para refinarçar a dívida, seja para investir em expansão.

"Todas as empresas precisam de dinheiro e vemos instrumentos de dívida muito caros no mercado. Neste momento, todo diretor financeiro está fazendo essa conta entre custo do banco e da Bolsa", diz Vanessa Fiusa, especialista em mercado de capitais e sócia do escritório de advocacia Mattos Filho.

De janeiro a setembro deste ano, 90% das ofertas foram destinadas a levantar capital de giro e reduzir dívidas, segundo a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

No mesmo período de 2015, todas as empresas afirmaram que os recursos seriam usados em aquisições.

Onda de fusões aquece mercado de dívida empresarial

03/11/2016 – Folha de S. Paulo



Uma disparada no número de grandes fusões e aquisições forneceu munição ao mercado de títulos de dívida empresariais e gerou aceleração ainda maior em um ano que já estava a caminho de um recorde de emissões.

Executivos financeiros e investidores estão diante de uma onda de potenciais emissões de títulos para financiar fusões envolvendo empresas como a gigante da telefonia AT&T, a fabricante de chips Qualcomm, o grupo de fibra óptica CenturyLink e a fabricante britânica de cigarros British American Tobacco, todas as quais se preparam para emitir papéis de dívida.

O montante das fusões e aquisições cujo financiamento ainda não foi concluído caiu para US\$ 246 bilhões no final de setembro, ante mais de US\$ 900 bilhões no final de 2015, de acordo com os estrategistas de crédito do Bank of America Merrill Lynch.

O número subiu 87% desde então, para US\$ 460 bilhões, depois do anúncio de uma série de novas transações. As vendas de títulos de dívida, que serão concluídas em 2017, servirão para reabastecer o estoque bastante reduzido de títulos de dívida ainda disponíveis para venda, depois que os bancos concluíram o financiamento da maioria das grandes transações deste ano e de 2015.

A aquisição da Time Warner pela AT&T, em uma transação de US\$ 85 bilhões, incluiu um empréstimo-ponte de US\$ 40 bilhões do JPMorgan e do Bank of America, um financiamento que posteriormente será substituído pela emissão de títulos de dívida de prazo mais longo.

A GE deve recorrer aos investidores em títulos para sua fusão com a Baker Hughes, e a CenturyLink anunciou que emitiria US\$ 7 bilhões em títulos para bancar a aquisição da Level 3 Communications.

As maiores vendas de títulos empresariais do ano –que incluem uma emissão de US\$ 46 bilhões pela Anheuser Busch InBev e uma de US\$ 20 bilhões pela Dell, ambas para bancar aquisições– foram absorvidas facilmente pelos administradores de fundos, que vêm recebendo muito capital para investir.

Renan Calheiros diz que vai apresentar projeto para permitir repatriação em 2017

03/11/2016 – Portal Contábil

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou hoje (1º) que vai apresentar um projeto de lei para reabrir o prazo para que pessoas que têm recursos não declarados no exterior possam repatriar o dinheiro pagando imposto e multa.

“Quero comunicar à Casa que propus ao presidente Michel Temer reabrir o prazo da repatriação para o próximo ano. Para que, da mesma forma que nós vamos ter em 2016 uma receita adicional de mais de R\$ 60 bilhões com a repatriação, nós possamos, já nos primeiros dias de janeiro, reabrir o prazo para que tenhamos pelo menos uma receita igual no ano de 2017”, anunciou ao plenário do Senado.

Renan recordou que o primeiro projeto sobre a repatriação de recursos não declarados no exterior era de origem do Senado, mas a ex-presidente Dilma Rousseff pediu a ele que deixasse a matéria começar a tramitar pela Câmara – uma exigência do então presidente da Casa, o ex-deputado Eduardo Cunha.

O primeiro projeto foi, então, enviado pelo Executivo para a Câmara e aprovado em 2015, estabelecendo todas as regras para que o dinheiro fosse legalizado. O prazo previsto nesta lei para que os donos dos recursos aderissem às regras venceu ontem (31). Daí a necessidade de uma nova lei que retome a repatriação e abra prazo para adesão.

Atualmente há também um projeto sobre esse tema pendente de análise pelo plenário da Câmara. Mas, diante da falta de acordo entre os deputados, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), retirou a matéria da pauta.

O presidente do Senado comunicou que vai apresentar o novo projeto na próxima terça-feira (8), mas não deu detalhes sobre o texto

Crescimento econômico trará a retomada do emprego, diz Meirelles

03/11/2016 – Portal Contábil

Em entrevista ao programa de rádio *A Voz do Brasil*, nessa segunda-feira (31), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que com a confiança na economia brasileira aumentando, há indicações de retorno do crescimento em 2017. Meirelles disse ainda que o crescimento econômico trará como “consequência natural e inevitável” a retomada do emprego.

“Existem diversas indicações de que teremos, de fato, a economia crescendo no próximo ano”, afirmou o ministro durante a entrevista. Meirelles voltou a defender a necessidade das reformas econômicas para a retomada do crescimento. “O Brasil precisa reformar a economia para que cresça e seja capaz de gerar empregos, gerar renda para a população e baixar a inflação.”

PEC dos Gastos

O ministro também reforçou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, chamada de PEC 241 durante a tramitação na Câmara, não reduzirá investimentos na educação e saúde. A proposta limitará os gastos públicos à inflação oficial do ano anterior durante 20 anos.

“O que se estabelece é um mínimo de gastos com saúde e educação, é acima do mínimo estabelecido até agora. O Executivo e o Congresso podem, inclusive, aprovar mais despesas. Portanto, é algo que preserva, sim, o investimento nessas duas áreas fundamentais para a sociedade”, disse.

Meirelles comparou a PEC dos Gastos Públicos à redução de despesas de uma família que gasta acima da capacidade de sua renda. “Imaginem uma família que comece a gastar mais do que ganha, a tomar empréstimos em quantidades cada vez maiores. Esta proposta vai limitar o crescimento dos gastos, da mesma maneira que faz uma família que está gastando mais do que ganha.”

O ministro da Fazenda reafirmou que, com a aprovação da PEC, não será preciso aumentar impostos.

“O aumento seria necessário se as despesas continuassem a crescer de forma descontrolada. No momento em que o governo corta na própria carne, como disse o presidente Michel Temer, elimina a necessidade de aumentar impostos.”

Programa de Regularização de Ativos brasileiro atinge objetivos

03/11/2016 – Portal Contábil

O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, instituído pela Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2015, ensejou a regularização de ativos no montante de R\$ 169,9 bilhões, que corresponderam aos valores de imposto de renda e multa de regularização declarados de R\$ 50,9 bilhões.

Tipo de Contribuinte	Quantidade de DERCAT	Total de Ativos	Imposto de Renda	Multa de Regularização
PF	25.011	R\$ 163.875.845.155,55	R\$ 24.581.376.778,83	R\$ 24.580.523.571,35
PJ	103	R\$ 6.064.932.752,74	R\$ 909.739.912,95	R\$ 909.738.299,22
Total	25.114	R\$ 169.940.777.908,29	R\$ 25.491.116.691,78	R\$ 25.490.261.870,57

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, declarou que o programa atingiu seus objetivos. “Se compararmos com os programas de outros países, veremos como foi bem-sucedido: os Estados Unidos, por exemplo, arrecadaram 8 bilhões de dólares. A Receita Federal, em torno de 15 bilhões de dólares.”

Rachid destacou o papel do Órgão no sucesso do programa: “a equipe da RFB buscou atender às dúvidas dos contribuintes. Além de publicar uma instrução normativa e um Perguntas & Respostas, participamos de seminários, e a equipe de tecnologia ofereceu uma solução tecnológica que facilitou a adesão dos contribuintes”.

Quanto aos contribuintes que aderiram ao RERCT, o secretário afirmou: “Certamente avaliaram a percepção de risco. Hoje é muito mais fácil para a Receita localizar valores não declarados no exterior.”

Os contribuintes que não aderiram ao RERCT para regularizar seus ativos, poderão, para fins exclusivamente tributários, corrigir sua situação. A Pessoa Física deve retificar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) em relação ao ano-calendário de aquisição da renda ou do ativo e efetuar o pagamento do imposto de renda com base na tabela de incidência do IRPF, acrescido de multa de mora e juros Selic.

A Pessoa Jurídica deve registrar as receitas ou ativos na respectiva contabilidade e retificar a Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Fiscal Digital transmitidas no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), retificar Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e pagar os tributos devidos acrescidos de multa de mora e juros Selic.

Ao fim da coletiva, perguntado se haverá outra edição do programa, Rachid respondeu: “A Receita Federal entende que não se faz necessário, mas trata-se de matéria de lei”.

O que é o Diferencial de Alíquota de ICMS e como funciona?

03/11/2016 – Portal Contábil

O ICMS, imposto cobrado sobre o transporte de mercadorias e sobre serviços interestaduais, é um dos mais polêmicos e controversos dentro da matriz tributária brasileira. A polêmica promete se tornar ainda maior graças à Emenda Constitucional 87/2015 e ao Convênio ICMS 93/2015, que dispõem sobre o Diferencial de Alíquota

desse imposto. Mas você sabe o que é esse diferencial e como ele funciona? Confira o texto de hoje e descubra!

O que é o Diferencial de Alíquota?

O Diferencial de Alíquota de ICMS, ou simplesmente DIFAL, diz respeito ao novo cálculo que deverá ser usado para operações de transporte interestadual em que o destinatário não é contribuinte do ICMS. As mudanças instituídas pelo DIFAL têm como principal objetivo aplacar a "guerra fiscal" instaurada entre os estados, já que as tarifas de ICMS são diferentes entre cada unidade federativa.

Como funciona o cálculo?

O cálculo do Diferencial de Alíquota de ICMS é feito de modo que seja encontrada a diferença entre alíquota do estado de destino e tarifa interestadual. Se uma mercadoria vai ser transportada de São Paulo ao Rio de Janeiro, então a tarifa interestadual vai ser de 12%. Como a alíquota de ICMS do Rio de Janeiro é de 18%, o resultado do DIFAL é de 6% sobre o valor da operação.

Assim, se um produto custou R\$ 100, desse valor R\$ 6 corresponderão ao DIFAL. Provisoriamente, em 2016 a divisão é feita da seguinte maneira: 40% do valor para o estado de destino e 60% para o estado de origem. Até 2019, todo o valor será destinado à UF de destino.

Aplicando-se essas porcentagens, dos R\$ 6, a São Paulo caberá o valor de R\$ 3,60 e ao Rio de Janeiro, o valor de R\$ 2,40.

Como o DIFAL também institui o pagamento de até 2% para a Fundo de Combate à Pobreza do estado, nesse caso o Rio de Janeiro ainda receberia 2% do valor da transação, totalizando R\$ 4,40 de recolhimento

Como era e como ficou?

A principal mudança relativa à chegada do Convênio ICMS 93/2015 é que o DIFAL passou a ser aplicado também para os não contribuintes do imposto. Antes dele, as empresas só eram obrigadas a fazer o recolhimento referente aos destinatários que também fossem contribuintes.

Essa nova característica, inclusive, implica em outra mudança: agora, é a empresa emissora a responsável por fazer o recolhimento. Na situação de o destinatário ser contribuinte, é função dele esse recolhimento. Com o Convênio, a obrigação passou a ser da empresa que envia para o não contribuinte.

A inclusão do Fundo de Combate à Pobreza, mecanismo constitucional e opcional por parte dos estados, também é uma novidade. Agora, pode ser necessário fazer um recolhimento de até 2% para esse fundo, dependendo do estado.

Quais são as mudanças para optantes do Simples Nacional?

Embora os optantes do Simples Nacional realizem o pagamento de diferentes impostos (inclusive do ICMS) em uma só guia, os contribuintes adotantes desse regime não estão desobrigados a fazer o recolhimento de valores.

Com isso, quando houver a necessidade de aplicar o DIFAL, os optantes do Simples precisarão utilizar guias de recolhimento que deverão ser solicitadas a cada nota fiscal emitida. Dependendo da situação do negócio, se houver muitos transportes para um só estado é possível fazer uma inscrição estadual para facilitar o processo.

O Diferencial de Alíquota de ICMS consiste em um cálculo direcionado para quando há transporte interestadual de mercadorias para não contribuinte do ICMS. Nesse caso, cabe à empresa emissora o recolhimento desse imposto, e por isso é tão importante

saber exatamente como ele funciona de modo a garantir a regularidade fiscal e tributária.

Como implementar o DIFAL na minha empresa?

A primeira coisa para implementar o DIFAL com sucesso em sua empresa é entender como funciona a tributação do seu produto e da operação em si. Isso significa que você precisa conhecer, por exemplo, o valor da alíquota de transações interestaduais. Enquanto para o Sul e Sudeste esse valor é de 12%, operações com estado do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Espírito Santo têm alíquota de 7%. Produtos importados têm alíquota de 4%.

Você também precisa saber qual é a alíquota de ICMS cobrada pelo estado de destino, o valor do estado de origem e também se o produto exige ou não a cobrança adicional para o Fundo de Combate à Pobreza, que pode chegar ao valor de 2%.

Defina o preço adequadamente

Como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) não tem um campo específico para o valor do DIFAL ser acrescido a seu produto, é preciso que o valor unitário de cada um já inclua o valor referente a esse cálculo.

Para isso, você tem 2 opções: estabelecer um preço único para todo o país baseando-se no cálculo mais caro ou então oferecer preços de acordo com os estados.

Enquanto o 1º caso é mais prático, mas faz com que você perca em competitividade, o 2º exige maior monitoramento para identificar onde seu cliente está e exibir o preço correspondente à localização.

Saiba como calcular o DIFAL

Para implementar o DIFAL também é indispensável que você saiba como calculá-lo. Para isso, é preciso fazer a diferença entre o valor do ICMS do estado de origem e o valor do ICMS interestadual.

Além disso, a partilha provisória de 2016 é estabelecida da seguinte maneira: 60% para o estado de origem e 40% para o estado de destino. A partir de 2017, a situação começará a se inverter.

Assim, um produto cujo preço seja de R\$ 200, com ICMS interestadual de 12% e ICMS de destino de 18%, terá um DIFAL de R\$ 12. Nesse caso, R\$ 7,20 vão para o estado de origem e R\$ 4,80, para o estado de destino. Se houver contribuição de 2% para o fundo de combate à pobreza, o valor para o estado de destino totalizará R\$ 8,80.

Escolha o método ideal de recolhimento

Quem emite a NF-e é obrigado a recolher o DIFAL e, portanto, precisa escolher o método correto. Uma possibilidade inclui gerar uma guia GNRE para cada nota fiscal eletrônica emitida. Essa opção é indicada se você tem um baixo volume de transações ou se elas são muito dispersas em diferentes estados.

A inscrição estadual para substituição tributária, por sua vez, é uma opção mais conveniente se você não quiser emitir GNRE para cada NF-e e também se tiver muitas transações relacionadas a um mesmo estado.

Melhore o controle fiscal

No geral, é muito importante investir em uma melhora no controle fiscal para que você consiga implantar o DIFAL com sucesso. Isso porque o preenchimento incorreto ou incompleto das NF-e fará com que elas sejam recusadas, assim como perder o controle sobre o valor pago de impostos pode prejudicar a sua lucratividade.

Por isso, investir em melhorar a atuação do contador do seu negócio e mesmo em um sistema de gestão é uma atitude importante para o sucesso.

As novas obrigações impostas pelo DIFAL podem ser implantadas na sua empresa desde que você conheça muito bem a tributação dos seus produtos, estabeleça o preço correto e saiba calcular e emitir o DIFAL corretamente. Além disso, investir em um melhor controle tributário melhora as suas chances de sucesso na implantação.

Artigo: Arrancada em países ricos pode beneficiar o Brasil

03/11/2016 – Portal Contábil

Os países mais ricos do mundo registram uma arrancada nos índices de confiança e produção industrial.

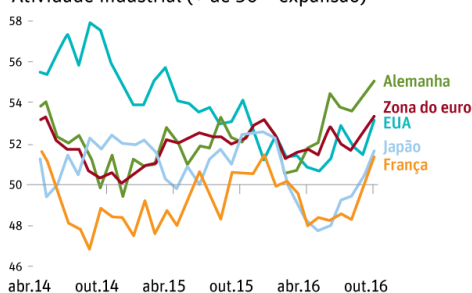
Conjunta em várias economias pela primeira vez em alguns anos, ela deve ajudar a consolidar o quadro de recuperação no Brasil. O país poderá receber até US\$ 120 bilhões em capitais estrangeiros em 2017 (em títulos públicos, ações e investimentos diretos).

O valor é quase 20% maior em relação ao que entrou no Brasil em 2015, segundo estimativa divulgada nesta quinta (3) pelo IIF (Instituto de Finanças Internacionais, uma espécie de Febraban mundial).

Os maiores bancos do mundo consideram a recuperação nos países ricos uma "sólida surpresa positiva" depois de anos de queda ou estagnação. A maior novidade é que ela se dá ao mesmo tempo nos EUA, na zona do euro e no Japão (quadro abaixo).

PAÍSES RICOS AUMENTAM PRODUÇÃO

Atividade industrial (+ de 50 = expansão)



Nos EUA, o PMI (índice de produção, encomendas e estoques de milhares de empresas) subiu a seu maior patamar em mais de um ano. No conjunto dos países europeus, o momento é o mais favorável desde o início de 2014.

Na Alemanha, maior economia da Europa, a recuperação é maior do que a média dos países que têm o euro como moeda e atinge também o setor de serviços. O mesmo ocorre nos EUA, onde os serviços representam mais de um terço da economia.

A notícia é mais um vento a favor para a ainda incipiente recuperação brasileira, que vai contando com cada vez mais ajuda externa.

Desde o início do ano, uma onda de capitais estrangeiros em busca de rentabilidade vem animando a Bovespa, diminuindo a cotação do dólar e encorajando empresas brasileiras a tomar recursos mais baratos no exterior.

O prêmio cobrado de empresas nacionais (risco Brasil; uma espécie de proteção contra calotes) nessas captações já caiu à metade desde o final do ano passado.

A recuperação dos países ricos também deve reforçar o movimento de alta dos preços das commodities brasileiras. Nos últimos meses, a maioria voltou a subir (minério de ferro teve alta de 16% só em outubro) e o país registrou recorde histórico na balança comercial até o mês passado (US\$ 38,5 bilhões).

Caso se sustente, a nova ajuda externa pode favorecer principalmente as exportações do setor industrial, que concentra melhores empregos (75% deles são formais) e de onde sai a maior fatia da arrecadação de tributos (30%).

Em seus relatórios mais recentes, o IIF vem pontuando positivamente o cenário de busca pelo equilíbrio fiscal no Brasil, fato que pode continuar encorajando investidores a investir no país e diminuir mais o custo de financiamento de empresas brasileiras.

Entre o 1º e o 2º turno da eleição municipal, a Câmara dos Deputados aprovou com folga a PEC do teto para conter o aumento do gasto público. Entre os vitoriosos na eleição, muitos se elegeram com o discurso da austeridade e da eficiência.

O IIF pondera que, daqui em diante, o mercado ficará atento à tramitação da reforma da Previdência, considerada fundamental para que o teto para os gastos funcione e para a consolidação do ajuste fiscal, que favoreceria uma redução maior dos juros (Selic) e o crescimento.

(Fernando Canzian- É repórter especial da **Folha**.)

Estados terão reforço de R\$ 5,5 bi com repatriação

03/11/2016 – Jornal A Tarde

Além de reforçar o caixa da União, os R\$ 50,9 bilhões arrecadados com o programa de repatriação de recursos enviados irregularmente ao exterior darão fôlego extra aos Estados, que enfrentam grave crise fiscal.

Os governadores devem receber R\$ 5,48 bilhões via Fundo de Participação dos Estados (FPE), segundo cálculos feitos pelo 'Estado' com base nas regras em vigor. A maior parte dos recursos, 76,8%, irá para as regiões Norte e Nordeste, que vinham pedindo socorro do governo por meio de repasses e novos empréstimos. "Será uma ajuda crucial para os Estados", disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Os governadores pleiteavam mais. Com apoio de alguns setores do Congresso, pretendiam embolsar parte maior das receitas com o programa, a partir da divisão do valor da multa com os Estados. Mas a tentativa não vingou, e os Estados continuam tendo direito apenas ao imposto de renda, que corresponde a metade do valor angariado pelo Fisco. Pelo programa, para regularizar o dinheiro, o contribuinte deveria pagar 15% de multa e 15% de imposto de renda.

O FPE recebe 21,5% dos recursos com o imposto de renda. A fatia do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por sua vez, é de 22,5% - isso significa que as prefeituras compartilharão um total de R\$ 5,735 bilhões. Há ainda outros fundos constitucionais que serão beneficiados pela medida.

Ao todo, a União ficará com R\$ 38,5 bilhões, calculou Meirelles. Segundo o ministro, mais da metade desse valor será usada para quitar dívidas deixadas por governos anteriores - os chamados "restos a pagar". "São dívidas enormes e o governo precisa começar a ajustar suas contas pagando esses passivos", afirmou o ministro.

O governo também pretende usar o dinheiro para garantir o cumprimento da meta fiscal. Como os Estados não devem entregar o superávit de R\$ 6,5 bilhões previsto inicialmente para este ano, o resultado do setor público consolidado (estimado em déficit de R\$ 163,9 bilhões) não deve ser cumprido. A União não é obrigada a

compensar esse resultado, mas os recursos da repatriação podem ajudar a amenizar o rombo.

Balanço

O resultado do programa superou por pouco a meta original do governo, que buscava receita extra de pelo menos R\$ 50 bilhões. "Entendemos que o programa de regularização de ativos foi bem sucedido e teve resultado bastante positivo", disse o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Mesmo com as idas e vindas no Congresso Nacional sobre uma possível alteração na lei para estender o prazo e fazer outras adaptações - o que acabou não ocorrendo -, Rachid negou que o imbróglio tenha tido impacto no número final. "Cerca de 44% dos contribuintes apresentaram a declaração na última semana. A postura do Congresso pode ter retardado a adesão, mas os contribuintes perceberam que não haveria mudança", disse.

Foram mais de 25 mil declarações, a maior parte de pessoas físicas, que regularizaram R\$ 169,9 bilhões em ativos no exterior. Nem todo esse valor foi necessariamente repatriado, já que o contribuinte tem a opção de manter os bens declarados no exterior. O Banco Central, por sua vez, registrou o ingresso de US\$ 10 bilhões por meio do programa. O restante do valor pago ao Fisco ocorreu com recursos que já estavam em território nacional.

A Receita Federal agora vai fechar o cerco contra aqueles que não regularizaram sua situação a despeito dos benefícios do programa.

"Não temos informação de quanto deixou de ser regularizado, mas saberemos. A partir das fiscalizações da Receita, traremos mais valores para serem tributados", disse Rachid. Embora Meirelles tenha indicado que a reabertura do programa em 2017 depende do Congresso, mas conta com o apoio da Fazenda, o secretário da Receita demonstrou o contrário. "Entendemos que não se faz necessária uma nova edição do programa", disse.